

Secretaria do Planejamento da Bahia
Superintendência de Planejamento Estratégico
Diretoria de Planejamento Territorial
Colegiado Territorial do Sertão do São Francisco – Bahia - CODETER
TSSF-BA

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – PTDSS



JUAZEIRO – BA
2018

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO



TERRITÓRIO DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

CAMPO ALEGRE DE LOURDES, CASA NOVA, CANUDOS, CURAÇÁ, JUAZEIRO,
REMANSO, SOBRADINHO, SENTO SÉ, PILÃO ARCADO E UAUÁ

COLEGIADO TERRITORIAL DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO – BAHIA - CODETER TSSF-BA

Coordenador CODETER

Edimilson dos Santos Nascimento

Núcleo Diretivo do CODETER

Central das Associações Integradas de Uauá – CACHIU

Wilian de Souza Silva (Titular)

Reginaldo de Souza Alves (Suplente)

Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais – SASOP

Marcia Maria Pereira Muniz (Titular)

Francisco Jose da Silva (Suplente)

Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA

Tiago Pereira da Costa (Titular)

Felipe Sena (Suplente)

Central de Comercialização as Cooperativas da Caatinga – CECAAT

Adilson Ribeiro dos Santos (Titular)

Luzinete Cardoso Ribeiro (Suplente)

Instituto de Arte Educação Nego D'Água – NAEND'A

Marcio Ângelo Ribeiro (Titular)

Adegivaldo Mota da Silva (Suplente)

Instituto Mata Branca – IMB

Edimilson dos Santos Nascimento (Titular)

Cleberlito dos Santos Martins (Suplente)

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro – STR Juazeiro

Emerson Jose da Silva (Titular)

Jose Manoel dos Santos (Suplente)

Universidade Estadual da Bahia – Campus de Juazeiro – UNEB

Paulo Ribeiro Soares Neto (Titular)

Márcia Guena dos Santos (Suplente)

Bahia Pesca

Josiane Araujo Melo Silva (Titular)

Raimundo Nonato de Oliveira (Suplente)

Banco do Nordeste do Brasil – BNB

Jorge Murilo de Carvalho (Titular)

Aginaldo Honório Barbosa (Suplente)

Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR

Lorena de Araujo Melo (Titular)

Teófilo Joaquim de Santana Neto (Suplente)

Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA

Manoel Rodrigues da Mota (Titular)

Anselmo Vital Matos (Suplente)

Agente de Desenvolvimento Territorial

Carla Valois Ribeiro

Colaboradores

Ângelo Neri Oliveira

Jussara de Souza Oliveira

Eva Mônica Sarmento da Silva

JUAZEIRO – BA

2018

Instituições do CODETER TSSF-BA:

Associação de Criadores de Peixes de Sobradinho - ACRIFEIXES

Articulação do São Francisco – ASF

Articulação Sindical Rural da Região do Lago de Sobradinho – ASS

Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU

Associação Comunitária Curaçense de Rádio e Difusão – ACCORD

Associação Comunitária Mantenedora da Escola Família Agrícola de Sobradinho – AMEFAS

Associação de Campos de Juazeiro - BA

Associação de Desenvolvimento e Ação Comunitária – ADAC

Associação de Pescadores e Pescadoras de Remanso – APPR

Associação de Pescadores e Apicultores de Casa Nova - APA

Associação do Distrito de Irrigação do Vaza Barris – ADIVB

Associação dos Pequenos Produtores da Fazenda Malhada da Aroeira

Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Rural Riachinho I - APPSRI

Associação Desenvolvimento da Fazenda Nova Jatobá

Banco do Nordeste do Brasil – BNB

Bahia Pesca

Câmara de Vereadores de Canudos

Câmara de Vereadores de Curaçá

Câmara de Vereadores de Sobradinho

Central das Associações Integradas de Uauá – CACHIU

Central de Comercialização as Cooperativas da Caatinga - CECAAT

Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR

Coletivo de Educadores e Educadoras em Economia Popular Solidária da Bahia - COEDUCA

Colônia de Pescadores de Canudos – Z-45

Comitê de Associações de Pinhões

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba – 6ª SR da CODEVASF

Conselho Pastoral do Pescadores – CPP

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sertão do São Francisco – CONSTESF

Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá – COOPERCUC
Cooperativa Agropecuária Familiar Orgânica do Semi Árido - COOPERVIDA
Cooperativa de Assessoria, Consultoria, Prestação de Serviços e Instrutoria – COAPSERI
Cooperativa de Produção e Comercialização dos Derivados de Peixes de Sobradinho - COOPES
Cooperativa Agropecuária do Projeto Pedra Branca – COOPEBRAN
Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA Semiárido
Instituto de Arte Educação Nego D'Água – NAEND'A
Instituto de Preservação da Caatinga - IPC
Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA
Instituto Mata Branca - IMB
Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA
Levante Popular
Movimento de Pescadores e Pescadoras – MPP
Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST
Prefeitura Municipal de Canudos
Prefeitura Municipal de Casa Nova
Prefeitura Municipal de Campo Alegre de Lourdes
Prefeitura Municipal de Curaçá
Prefeitura Municipal de Juazeiro
Prefeitura Municipal de Remanso
Prefeitura Municipal de Uauá
Prefeitura Municipal de Pilão Arcado
Prefeitura Municipal de Sento Sé
Prefeitura Municipal de Sobradinho
Rede de Mulheres
Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – RESAB
Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais – SASOP
Serviço de Assistência Sócio Ambiental do Campo e Cidade – SAJUC
Sindicato de Professores de Casa Nova - APLB
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canudos – STR Canudos

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Casa Nova – STR Casa Nova

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curaçá – STR Curaçá

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro – STR Juazeiro

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilão Arcado – STR Pilão Arcado

Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Agrícolas, Agroindustriais e

Universidade do Vale do São Francisco – UNIVASF

Universidade Estadual da Bahia – Campus de Juazeiro – UNEB

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário

CEFIR – Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais

CEO – Centro de Especialidades Odontológicas

CEREST – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador

CIDHA – Centro de Informação em DST/HIV/AIDS

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSTESF – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Sertão do São Francisco

CTA SAE – Centro de Testagem e Aconselhamento e Serviço de Assistência Especializada

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena

EPI – Equipamento de Proteção Individual

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IST/DST – Infecção Sexualmente Transmissível/Doença Sexualmente Transmissível

LACEN – Laboratório Central

NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família

PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PPA – Plano Plurianual

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRODETUR – Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

RESAB – Rede de Educação do Semi-árido Brasileiro

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgências

SECULT – Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

SETAF – Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

TFD – Tratamento Fora do Domicílio

UBS – Unidade Básica de Saúde

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

USA – Unidade de Suporte Avançado de Vida

USB – Unidade de Suporte Básico de Vida

USF – Unidade de Saúde da Família

VISA – Vigilância Sanitária

Sumário

APRESENTAÇÃO	11
PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	14
CAPÍTULO 1: DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	17
1.1 Histórico do Território.....	18
1.1.1 Primeiro Ciclo – 1553 até o Séc. VIII	18
1.1.2 Segundo Ciclo – Séc. VIII até o Séc. XIX (1940).....	19
1.1.3 Terceiro Ciclo – Séc. XIX (1940) até o presente momento	22
1.2 Características do Território.....	24
1.2.1. Vegetação	24
1.2.3. Fauna	27
1.2.4. Clima	29
1.2.5 Recursos Hídricos	30
1.2.6 Saúde, Saneamento e Moradia.....	31
1.2.7. Aspectos Socioeconômicos e rurais	34
1.2.7.1. Indústria/Beneficiamento da produção	34
1.3 Desenvolvimento Sustentável do Território.....	35
1.3.1 Dimensão Socioeconômica	35
1.3.2 Dimensão Sociocultural e Educacional.....	37
1.3.3 Dimensão Ambiental.....	38
1.3.4 Dimensão Político-Institucional.....	40
CAPÍTULO 2: EIXOS, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E METAS	42
2.1 Eixos do Desenvolvimento	42
2.2.1 Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva	43
2.2.2. Eixo 2 - Governança Fundiária e Acesso à Terra	49
2.2.3. Eixo 3 - Formação Cidadã e Organização Social	51
2.2.4. Eixo 4 - Infraestrutura e Serviços Públicos	53
CAPÍTULO 3: GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PTDSS	61
3.1. O processo de gestão da política pública	62
3.2. Monitoramento e avaliação dos programas e ações	63
3.3. Instrumentos e ferramentas	64
3.4. O papel da sociedade civil organizada.....	67
REFERÊNCIAS.....	68
ANEXOS.....	70

APRESENTAÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PTDSS) é o principal instrumento orientador das estratégias de intervenções no Território. Nele estão definidas e pactuadas, no âmbito do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Sertão do São Francisco-Bahia (CODETER TSSF-BA), a visão e as estratégias de desenvolvimento econômico, sociocultural e ambiental, tendo como principal finalidade nortear, apoiar e articular a implantação de políticas públicas, programas e projetos que viabilizem o desenvolvimento sustentável e solidário no Território de Identidade Sertão do São Francisco.

Os CODETERs correspondem aos fóruns de discussão e de participação social, constituídos por representantes do poder público e da sociedade civil presentes no Território de Identidade, com a finalidade de promover a discussão local das ações e projetos de desenvolvimento territorial, sustentável e solidário. (BAHIA, 2014) O CODETER do Sertão do São Francisco tem sua origem no Fórum Territorial Sertão do São Francisco, que foi instituído em 30 de novembro de 2004, em ato realizado no prédio da Câmara de Vereadores da cidade de Juazeiro – BA, contando com representantes do poder público, da sociedade civil, do Projeto de Cooperação Técnica MDA/FAO, da Secretaria de Agricultura de Juazeiro – BA, da FAO-Brasil e da 6ª Superintendência da CODEVASF. Atualmente é constituído por 68 (sessenta e oito entidades) da sociedade civil e do poder público, um núcleo diretivo e câmaras temáticas.

Essa 2ª edição do PTDSS é pensada para um horizonte de 08 (oito) anos, sendo resultado de um amplo processo de mobilização, discussões coletivas e, sobretudo, do acúmulo de conhecimento dos agentes de desenvolvimento do território, que nos últimos 15 anos desenvolveram uma rica experiência de gestão social, de articulação dos agentes e no acesso às políticas públicas territoriais. A 1ª versão foi construída em maio de 2008, a partir de um amplo processo de sensibilização, mobilização e construção coletiva dos principais atores do Território, no âmbito do Fórum Territorial Sertão do São Francisco, instância à época responsável por deliberar e aprovar resoluções com vistas à tomada de decisões, correspondente ao atual CODETER. (BAHIA, 2008)

A atualização do PTDSS se faz necessária devido às mudanças ocorridas nos últimos anos e para fazer frente aos novos desafios e oportunidades que se apresentam.

Assim, o primeiro capítulo apresenta um diagnóstico que revela o território a partir dos seguintes aspectos: históricos, geográficos, sociais, políticos, ambientais, econômicos e culturais. Analisa os desafios, as potencialidades, limitações e oportunidades que o território oferece.

No segundo capítulo são apresentados os eixos de desenvolvimento, os objetivos, as estratégias e as metas definidas no CODETER para alcançar as mudanças desejadas no conjunto da população do Território. Os objetivos e as estratégias apresentadas estão direcionadas para fortalecer diferentes dimensões do desenvolvimento, do nível comunitário ao territorial e empoderar os atores sociais, conforme determina a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR).

No terceiro capítulo as estratégias de gestão, acompanhamento e monitoramento das ações contidas no Plano são evidenciadas, a partir de indicadores pré-estabelecidos para o conjunto de objetivos e metas neste PTDSS. Os indicadores são as principais informações que irão compor painéis de indicadores e de metas estratégicas a serem acompanhadas entre 2017 e 2025.

Os 27 Territórios de identidade da Bahia são as unidades de planejamento do Governo Estadual e a Bahia é a unidade da federação que mais avançou na estruturação da política de desenvolvimento territorial. A Lei 13. 214/2014 estabelece que todo ciclo do orçamento do Estado da Bahia deve ter como ponto de partida os Territórios de Identidade.

Contudo, o Território do Sertão do São Francisco vive um novo momento, onde esta política somente continuará alcançando êxito se, além dos esforços governamentais, a sociedade civil entendê-la como necessária e comprometer-se com a sua consolidação e permanente qualificação.

De um lado estamos diante de uma realidade onde os atores e as dinâmicas econômicas no contexto territorial estão mudando com muita rapidez. Nesse sentido, há um processo forte de concentração, integração de empresas e novos atores surgindo, impulsionados por uma agricultura pujante, moderna e competitiva no território, além das empresas de mineração e energia eólica. Do outro lado milhares de trabalhadores continuam à margem do modelo de desenvolvimento que as condições sociopolíticas apresentam.

Portanto, o paradigma do planejamento precisa ser mudado, novas ferramentas e novas maneiras de pensar e agir sobre o desenvolvimento do Território devem ser incorporadas para responder de forma mais eficiente a superação de velhos desafios.

A elaboração do PTDSS contou com a dedicação do CODETER TSSF-BA, Núcleo Diretivo, Assessores Territoriais, Câmaras Técnicas e Entidades de Apoio.

O PTDSS do Território de Identidade do Sertão do São Francisco - Bahia é composto por 04 Eixos de Desenvolvimento, 10 objetivos específicos e cerca de 180 ações estratégicas.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O debate em torno do desenvolvimento econômico desta região é antigo, mas considerando as suas outras dimensões (sociais, culturais, ambientais e políticas) e a participação de agentes sociais, entes públicos e empresas, ele é muito recente, tendo sido intensificado a partir de 2003 com o reconhecimento dos territórios rurais e de cidadania no âmbito das políticas conduzidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

Nesse sentido, o PTDSS considera as orientações da II Conferência Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário (CNDRSS), realizada em 2013, e incorpora a resolução nº 100 de 22/12/2014 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). E, ainda, adota em sua totalidade os princípios estabelecidos pela Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), que define:

“[...] a democracia como fundamento básico da cultura política e das relações sociais; a sustentabilidade, em suas múltiplas dimensões, como orientação fundamental para reduzir as desigualdades sociais e regionais; a inclusão como ampliação dos mecanismos de democratização política, social, cultural e econômica da sociedade brasileira, assegurando a participação igualitária de todos os segmentos sociais; a diversidade como reconhecimento da importância dos patrimônios ambiental, sociocultural, econômico e político existente nos espaços rurais; a igualdade como resultado das transformações na dimensão da vida social para superação das desigualdades econômicas, de gênero, geração, raça, cor e etnia na sociedade brasileira; a solidariedade como responsabilidade individual e coletiva compartilhada em favor de ordem econômica, social, política, ambiental e cultural mais justa, tendo por base os princípios da autogestão e da cooperação (BRASIL, 2015).”

Para dar continuidade à estratégia de desenvolvimento territorial, o governo do Estado da Bahia, em parceria com o Governo Federal, apoiam os Colegiados Territoriais por meio dos **Núcleos de Extensão e Desenvolvimento Territorial** ¹(NEDET) e através da **Diretoria de Planejamento Territorial da Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN)**, com o objetivo de proporcionar

¹ No Território do Sertão do São Francisco, o NEDET é coordenado pela Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF).

condições de planejamento e compreensão da abordagem territorial, numa nova visão sobre a ruralidade, concebida de forma complexa, dinâmica, ampla e que cada vez mais é crescente o caráter de interdependência e complementariedade entre os espaços rurais e as cidades.

Assim, este documento sintetiza os resultados do processo de análise e prospecção dos agentes de desenvolvimento do território durante os encontros, oficinas e reuniões de planejamento e atualização das estratégias promovidas pelo CODETER, tomando também como indicador os programas e projetos priorizados no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, publicado em 2008. Tais ferramentas permitiram aos agentes de desenvolvimento do território lançar um olhar criterioso sobre a realidade política, social, cultural, econômica e ambiental na atualidade e, de forma objetiva, projetar mudanças e apresentar propostas que viabilizem o fortalecimento das estruturas produtivas e organizativas para o desenvolvimento sustentável e solidário do Território de Identidade Sertão do São Francisco, nos próximos oito anos.

O processo para construção de fato deste trabalho demandou o pensar coletivo com definições estratégicas capazes da coleta e absorção de documentos já construídos, assim como respeitando o tempo e a participação possível de todos aqueles que acreditam na política de desenvolvimento territorial. Foi criada uma comissão entre os membros do núcleo diretivo, e integrantes das diversas câmaras temáticas existentes no CODETER e assessores voluntários. Essa comissão, além de pensar as metodologias e realizar as atividades coletivas, sistematizou as informações coletadas, baseando-se nos documentos que são de relevância com conteúdos alinhados com a política territorial, que reforçam e comungam com os anseios de propostas que ofertaram melhores condições ao território.

O colegiado territorial recebeu do governo do estado através dos órgãos competentes a proposta de construir este produto somente com a realização de duas atividades coletivas. No entanto, após debates o núcleo diretivo, sabido da importância e seriedade que os representantes da sociedade civil e do poder público tem na construção coletiva decidiu por realizar inicialmente atividade coletiva focando a participação das câmaras temáticas considerando suas finalidades e capacidades de contribuir dando o pontapé inicial; esta atividade aconteceu em Juazeiro da Bahia mais precisamente no SETAF.

Realizamos uma segunda atividade coletiva no município de Remanso estrategicamente pensando a descentralização do espaço geográfico, facilitando a participação de novos atores e preenchimento de lacunas identificadas. Ocorreu ainda uma terceira atividade no município pois percebeu-se a necessidade de enriquecer com outros elementos que não haviam aparecido no PTDSS, bem como socializar o andamento do processo.

Além da descentralização das reuniões para elaboração do plano, outra estratégia utilizada para garantir ampla participação e envolvimento foi a realização de conversas individuais com pessoas (pesquisadores, professores, funcionários públicos, ativistas políticos etc) que detém domínio em determinadas áreas que faziam parte do plano. Outra ação planejada foram reuniões específicas com representações das prefeituras, algumas com resultados positivos, outras não.

Outro aspecto que vale salientar na construção do PTDSS foi o constante contato nesses dois anos com diversos órgãos públicos (CDA, equipe do Pró Semiárido, na pessoa de Jussara Oliveira) na busca de documentos e informações oficiais para servir de subsídio. Depois de uma longa caminhada finalmente levamos para apreciação, avaliação e aprovação da nossa assembleia.

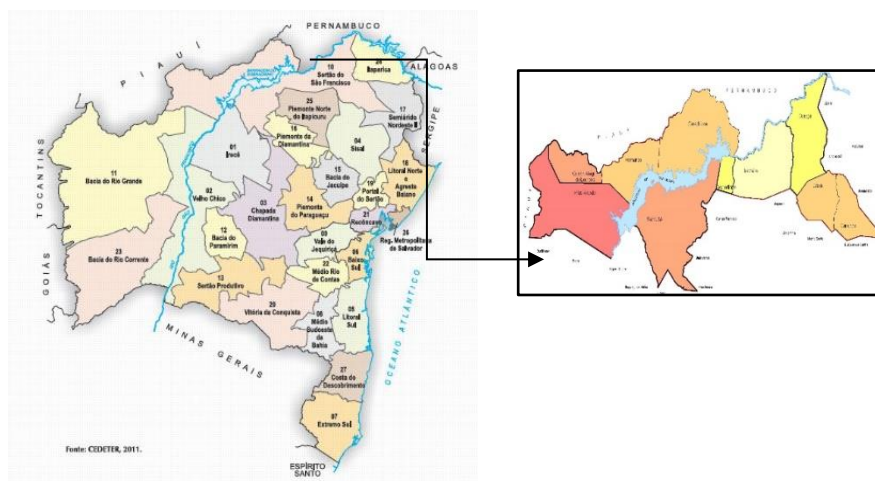
CAPÍTULO 1: DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

O Território de Identidade Sertão do São Francisco localiza-se ao norte do estado da Bahia, sendo composto pelos seguintes municípios: Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Canudos, Curaçá, Juazeiro, Remanso, Sobradinho, Sento Sé, Pilão Arcado e Uauá. Está totalmente inserido na porção semiárida da Bahia, onde estudos apontaram uma grande diversidade de paisagens e de recursos naturais, aparecendo áreas em processo de desertificação. (Figura 01)

O São Francisco é o único rio perene do território e o principal elemento geográfico, histórico, social, econômico e cultural, um dos marcos da sua identidade, junto com a cultura sertaneja e catingueira. O rio percorre 420 km no território e margeia a maioria dos municípios, com exceção de Campo Alegre de Lourdes, Uauá e Canudos.

As áreas ao entorno do rio São Francisco constituem o principal receptor de investimentos, sobretudo, para a fruticultura irrigada. Após a construção da barragem de Sobradinho, ampliou-se o fornecimento de energia elétrica, associando fatores de disponibilidade de terra e água e condições climáticas favoráveis. Na maior parte do território, prevalecem as áreas dependentes de chuva, sendo que nos últimos anos observou-se uma reorganização da população em torno das diferentes formas de captação da água.

Figura 01 – Mapa dos Territórios de Identidade do estado da Bahia e localização do Território de Identidade do Sertão do São Francisco.



Fonte: OLIVEIRA, 2017.

A população total do Território alcançou 537,1 mil habitantes, sendo que o município de Juazeiro é o mais populoso, em 2015, quando somava 216,5 mil habitantes. Isso significa que mais de 40% da população do território reside nesse município. A população rural corresponde a uma expressiva parcela deste contingente, sendo que em 2016 foram registrados na Bahia ATER um total de 47.898 agricultores(as) familiares portadores da Declaração de Aptidão a Agricultura Familiar (DAP). (OLIVEIRA, 2017)

1.1 Histórico do Território

Um breve histórico sobre a construção social do espaço hoje denominado Território de Identidade Sertão do São Francisco pode ser apresentado considerando três ciclos históricos distantes e distintos na sua ocupação, os quais podem ser assim definidos: o ciclo da pecuária no período colonial, o ciclo da Navegação até meados da década de 1970 e o ciclo da Modernização Capitalista, com implantação da irrigação “moderna” no polo, ainda em curso.

1.1.1 Primeiro Ciclo – 1553 até o Séc. VIII

O Vale do São Francisco começou a ser desbravado em 1553, quando tiveram início as “entradas” para o interior da colônia, orientadas à obtenção de mão-de-obra escrava para o trabalho nos canaviais e engenhos, mais tarde fortalecida pelo interesse na exploração das riquezas minerais que começavam a ser descobertas. A ocupação colonial ocorreu a partir do começo do século XVII e foi ligada à expansão da atividade pecuária (OLALDA; OLIVEIRA; GERMANI, 2007).

Esse processo foi marcado profundamente pelo sistema de Sesmarias, adotado pela coroa portuguesa para garantir o domínio do território recém “descoberto”. O morgado da Casa da Torre pertencente a Garcia d’Ávila expandiu os seus domínios a partir de Salvador até Sergipe, Piauí, Ceará e Maranhão.

A expansão da cana-de-açúcar no litoral obrigou os pecuaristas a encontrar pastagem cada vez mais distante no interior das Sesmarias, sendo que um dos currais de gado da Casa da Torre localizou-se nas terras ao norte do São Francisco, no sertão da Bahia. Iniciado ainda no século XVI, esse processo caracterizou-se pelo desenvolvimento da pecuária extensiva e dos garimpos e foi viabilizado pelas condições oferecidas pelo Rio São Francisco e da abertura de uma estrada que passou a ligar a metrópole de então aos principais centros do Nordeste. De fato, segundo relatos históricos, a sede de Juazeiro², município polo da região, originou-se de um “ponto de descanso” das boiadas vindas do Piauí e Pernambuco que atravessavam o Rio. Juazeiro, pela sua posição geográfica, teria constituído uma das portas de entrada obrigatória para os procedentes do Pernambuco, Piauí e Maranhão e de outros pontos, que procuravam o Recôncavo Baiano. Esse período da ocupação é denominado como a civilização do couro, que caracterizou o panorama econômico e social do sertão nordestino no século XVII.

Paralelo à constituição dos latifúndios, o crescimento da população e a consequente formação e multiplicação dos grupos familiares originou o processo de interiorização de ocupação do espaço, marcado pelo embate entre latifundiários e camponeses com pouca ou nenhuma terra. As atividades desenvolvidas na beira do rio – pesca e agricultura de vazante - e nas grandes áreas de sequeiro, pecuária extensiva e agricultura ajudaram a configurar algumas das identidades sociais do Território: **o ribeirinho, o coronel/latifundiário, o vaqueiro e o posseiro**. Com a expansão da pecuária e a evolução do comércio, desenvolveram-se as cidades ribeirinhas e consolidaram-se as grandes propriedades.

1.1.2 Segundo Ciclo – Séc. VIII até o Séc. XIX (1940)

Com a descoberta de minas de ouro ao final do século XVIII, no Alto São Francisco, a economia de todo o Vale teve um grande impulso, sendo que as minas passaram a constituir um atrativo mercado de demanda para o gado. Por outro lado, o rio São Francisco, pela sua localização entre a região aurífera e a capital da colônia (Salvador), desempenhou o papel de grande caminho. Este fato lhe atribuiu a denominação de rio da “integração nacional”. No período colonial, o rio foi

² O nome de Juazeiro se deve a existência de muitos pés de Juazeiro, à sombra dos quais se formou aquele ponto de descanso.

estratégico por questões de geopolítica, de segurança nacional e de controle do território. Conforme afirma Filho (2005):

O rio São Francisco serviu de via para transporte de alimento (milho, feijão, carne seca, rapadura, farinha) destinado ao suprimento das minas de ouro; por ele seguiam escravos e garimpeiros vindos de outras regiões. Serviu também para evasão (saída) de ouro que chegava até Salvador.

Para Filho (2005), a navegação desse período no São Francisco pode ser assim concluída: o ciclo econômico da mineração chegou ao fim, o domínio português também e o rio São Francisco continuou pulsando como se fosse a artéria do coração do interior do território brasileiro. No entanto, o Vale continuou sem qualquer transformação do seu cotidiano econômico historicamente ancorado na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência.

Na década de 1940, no decorrer da Segunda Guerra, o governo brasileiro estabeleceu que a navegação do Rio São Francisco seria uma via estratégica para assegurar o suprimento de mercadorias no interior do país, em caso de ocupação do seu litoral por tropas estrangeiras. Mas, mesmo o rio contando com 1.371 (um mil e trezentos e setenta e um) km de extensão em dois trechos navegáveis, a navegação continuou sendo feita com barcos simples, sendo que em muitos trechos adotava-se a tradição indígena de navegar (Filho, 2005). Somente a partir de 1866 foram introduzidos os primeiros vapores para navegação de longa distância.

O vapor Saldanha Marinho é considerado o navio mais importante na navegação do rio São Francisco e passou a navegar nas águas do “Velho Chico” a partir de 1871. No século XX, o navio Benjamim Guimarães, construído nos Estados Unidos em 1913, também passou a navegar nas águas do São Francisco. Pesquisas apontam que cerca de 40 embarcações do tipo vapor gaiola navegaram no São Francisco na época de maior movimento. Esses navios transportavam passageiros e mercadorias e estabeleciam o intercâmbio entre Nordeste, Sudeste e Centro Oeste; Com a construção da barragem de Sobradinho em 1970 esse tipo de navegação foi encerrado.

É importante destacar que, além das embarcações a vapor, também existia inúmeros barcos de pequeno e médio porte de propriedade particular que viajam por cerca de 100 km transportando cargas e passageiros (Filho, 2005).

Com o fim da navegação por meio dos vapores, a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) elaborou um amplo plano para a navegação no Vale do São Francisco, com o objetivo de ampliar a oferta dos serviços de transporte de carga fluvial, por meio de várias ações. A meta era chegar a década de 1960 transportando 100.000 toneladas ao ano. Para alcançar as metas, uma das medidas foi criar a Companhia de Navegação do São Francisco (FRANAVE), com sede na cidade de Pirapora–MG e escritório de representação em Juazeiro (BA).

A FRANAVE iniciou o século XX com uma capacidade instalada de transporte para 150.000 ton de carga a granel e de convés por ano, com uma frota composta de 8 empurradores de 540 HP e 62 chatas, além de um estaleiro para a construção de navios e manutenção de sua frota na cidade de Juazeiro. A navegação do São Francisco tem ligação com ferrovias e rodovias tanto no Nordeste quanto no Sudeste (Filho, 2005).

Mesmo a FRANAVE contando com uma frota considerável de embarcações de carga, os registros de transporte hidrográficos no São Francisco indicam que apenas entre 1979 e 1989 se alcançou um volume considerável de carga transportada (Filho, 2005).

A questão da navegação do São Francisco sempre fez parte dos planos de ações de todos os governos. Entretanto as ações foram sempre reduzidas ao corredor da hidrovia, e, quando muito, incluía-se infraestrutura de navegação e portuária. Em paralelo aos sucessivos planos para revitalizar a navegação, outras ações governamentais e diferentes usos econômicos das águas do São Francisco concorreram para o declínio da navegação.

O trecho do São Francisco de Juazeiro (BA) a Pirapora (MG) apresentou, durante séculos, mais de 1.300 km navegáveis. Hoje só apresenta navegação comercial no trecho compreendido entre os portos de Muquém do São Francisco (Ibotirama), na Bahia, e Petrolina/Juazeiro. Mesmo neste trecho, a navegação vem sofrendo revezes por deficiência de calado, sobretudo na entrada do lago de Sobradinho, onde um intenso assoreamento multiplica os bancos de areia (CEAS, 2007).

Estudos demonstram um elevado nível de degradação do rio São Francisco decorrentes de atividades econômicas predatórias e de políticas públicas equivocadas, assim como indicadores, a exemplo de: poluição por lançamento de esgotos urbanos e de mineração, baixíssimos percentuais de cobertura vegetal das matas ciliares, o que colabora para ampliar processos erosivos nas margens do rio, provocando o assoreamento e tornando-o inviável como hidrovia; são algumas das agressões que o rio vem sofrendo.

1.1.3 Terceiro Ciclo – Séc. XIX (1940) até o presente momento

O ciclo da modernização tecnológica capitalista no espaço hoje denominado Território Sertão do São Francisco tem início com a hidroelétrica, a formação do lago de Sobradinho e o plano para agricultura irrigada defendida pela Comissão do Vale do São Francisco (CVSF).

O governo militar adotou uma série de medidas para o alargamento territorial da fronteira agrícola em vários pontos do território brasileiro. Nessa região, de acordo com Filho (2005):

A primeira medida concreta para o desenvolvimento do Vale se deu com a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco CHESF, em 1945, e da Comissão do Vale do São Francisco CVSF, em 1948. A CVSF foi substituída pela SUVALE, em 1967, que, por sua vez, originou a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), criada em 1974, com a função de desenvolver o Vale, sobretudo no campo da agricultura irrigada, com destaque para a produção de frutas: banana, melão, melancia, ata, manga, uva, além de produzir vinho, sucos e sementes.

Em relação ao aprofundamento do processo de expansão da modernização agrícola no Vale do São Francisco, chama atenção a entrada da fruticultura e canaviais irrigados, para que ambos tornassem funcionais à apropriação e à valorização das terras, quando a região recebeu expressivos investimentos e incentivos do governo federal. De forma mais ampla, tal processo é assim visto por Alcântara e Germani (2010):

[...] são pontos específicos onde às condições naturais que outrora se apresentavam como inaptas para o desenvolvimento da agricultura, agora, com o avanço da tecnologia, somado ao desejo político, se constituem enquanto espaço de desejo da ação do capital, materializada nas agroindústrias que ali se estabelecem com uma produção voltada para o mercado externo. A construção das rodovias abre caminho para a valorização e o estabelecimento do conflito em toda sua extensão.

Dados recentes apresentados pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) destacam a importância econômica do Território Sertão do São Francisco na produção agrícola de alimentos, nos perímetros irrigados de Curaçá, Mandacaru, Maniçoba, Tourão e Salitre, o que registrou um valor bruto na produção global de R\$ 350 milhões em 2014, R\$ 5 milhões a mais que no ano anterior, mesmo em meio à estiagem prolongada que afeta a região.

O volume de produção foi de aproximadamente 1,6 milhão de toneladas em 2014, com destaque para manga, uva, cana-de açúcar, cebola, coco, melão e goiaba. Juntos, os perímetros reúnem 1.088 agricultores em uma área colhida total de 21.205 hectares (CODEVASF, 2015). A 6ª Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), sediada em Juazeiro, é responsável pela gestão dos perímetros. Mas, para além dos perímetros irrigados, contribuem na geração de renda, empregos e divisas para o TSSF, milhares de agricultores familiares que produzem frutas, grãos e hortaliças irrigadas nas margens e ilhas do São Francisco, bem como as empresas que ocupam grandes áreas irrigadas, com destaque para os municípios de Casa Nova, Juazeiro, Curaçá e Sento Sé.

No Território Sertão do São Francisco, a área ocupada com plantio de uva está concentrada em três municípios, sendo que Juazeiro concentra a maior parcela da área irrigada, com 756,2 hectares, seguido por Casa Nova com 219,1 hectares e Curaçá com 110,3 hectares. Os polos de frutas de Juazeiro/BA e Petrolina/PE são responsáveis por 95% das exportações nacionais de uvas finas de mesa. Essa produção conta com participação significativa de pequenos produtores, que representam 70% dos viticultores, embora detenham apenas 15% da área cultivada, produzindo mais de 60% da uva do vale do São Francisco (BRASIL, 2016). Com a

construção da Política Territorial no Estado da Bahia, em pauta neste Território Sertão do São Francisco desde 2004, houve um ordenamento das discussões sobre o desenvolvimento neste território, no tocante à regulação de programas e projetos que coincidisse com o caráter sustentável e solidário do desenvolvimento, presente na formulação e implementação de políticas públicas. Neste sentido, a Política Territorial conjuga arranjos e institucionalidades, instrumentos de planejamento e gestão que pretendem resgatar a valorização do desenvolvimento sustentável da produção familiar, a sustentabilidade dos ecossistemas e dos recursos naturais, a equidade social, a cidadania, a valorização das comunidades e povos tradicionais e a educação contextualizada do e no campo.

1.2 Características do Território

1.2.1. Vegetação

O bioma predominante no Território é a caatinga, palavra de origem indígena que significa mata branca, pois esse é o aspecto da sua vegetação durante a época seca do ano, quando as folhas da maioria das espécies caem, expondo seus troncos e galhos de cor esbranquiçada. Essa característica da vegetação - a perda das folhas – chama-se caducifolia e é uma estratégia de adaptação ao clima, podendo suportar longos períodos secos sem desidratar. Contrastando com essa característica, assim que as primeiras chuvas chegam nos meses de outubro ou novembro, a maioria das espécies “explodem” em folhas e flores, tornando a caatinga extremamente verde, florida e perfumada.

A biota da caatinga é rica em espécies, apesar de ser ainda muito mal conhecida e é mais diversa que qualquer outro bioma do mundo, exposto às mesmas condições de clima e de solo. A caatinga está entre os biomas brasileiros mais degradados pelo homem.

Há também a grande pressão da população no que se refere à exploração dos recursos florestais da caatinga. Ainda hoje a lenha é componente importante da matriz energética regional, gerando, por conseguinte, danos à biodiversidade.

Percebe-se falta de incentivos para o desenvolvimento de sistemas agroflorestais que poderiam, em longo prazo, reduzir bastante a ameaça à biodiversidade. No município de Pilão Arcado, a extração e venda irregular de madeira é acentuada. As questões que se destacam na atualidade acerca da exploração da caatinga dizem respeito à qual atividade econômica gera maior impacto na vegetação, bem como qual o impacto atribuído à mineração, como por exemplo o superpastoreio ou a morte de plantas antigas (envelhecimento e seca).

A caatinga carece de políticas de planejamento estratégico permanente e dinâmico para evitar a perda da sua biodiversidade. Portanto, faz-se necessário que o bioma se torne tema central nas decisões e nas ações dos diversos setores da economia, da sociedade e, em particular, dos órgãos públicos. Essas políticas devem se fundamentar num conhecimento profundo das causas da degradação ambiental, nos conhecimentos das populações tradicionais e das tendências socioeconômicas e, numa visão prospectiva, a partir da análise de cenários.

A vegetação predominante no Território é classificada tecnicamente como Savana Estépica, ocorrendo algumas variações detalhadas a seguir. Algumas espécies comuns são o umbuzeiro, a faveleira e a jurema. Uma variação importante da vegetação descrita acima é a Savana Estépica Parque, que ocorre em Sento Sé, Sobradinho, Juazeiro e Curaçá. Caracteriza-se por apresentar uma fisionomia típica com plantas lenhosas raquíticas e espaçadas, como se tivessem sido plantadas, podendo apresentar-se às vezes associada a um tapete de gramíneas. Algumas espécies comuns são a jurema, pereiro e pau – branco. Ocorre ainda a variação chamada Savana Estépica Florestada, onde a vegetação é mais alta, com média de 5 metros de altura e, excepcionalmente, ultrapassando os 7 metros. Esta ocorre em uma porção de Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes, Sento Sé, Sobradinho, Juazeiro e Canudos, destacando-se espécies como angico e aroeira. Em Campo Alegre de Lourdes ocorre desmatamento há muitas décadas, principalmente de aroeira, angico e pau de birro. Outras variações importantes ocorrem no Território onde, por exemplo, nos limites de Sento Sé, percebe-se uma mudança para a Floresta Estacional, vegetação mais alta e densa, pois confronta com a Chapada Diamantina.

É necessário comentar que dois municípios apresentam ambientes de brejos; um deles é o município de Pilão Arcado que, em meio às dunas continentais, regiões intensamente arenosas de difícil acesso, estão situados os brejos, áreas com água corrente que apresentam nascentes e sumidouros, riachos que continuam seu percurso subterraneamente. Neles, a vegetação é verde, com a presença marcante do buritizeiro nativo e de plantas cultivadas tais como mangueiras, coqueiros e cana de açúcar. Todas essas plantas são exploradas localmente no fabrico de cachaça, rapadura, doce de buriti e derivados. Em Sento Sé ocorrem brejos em forma semelhante, com olhos d'água, porém os solos não são arenosos, se fazendo presentes outras espécies nativas, tais como a Caraibeira e Carnaubeiras; as plantas cultivadas variam entre cebola e o tomate, sendo utilizada tecnologia convencional, provocando problemas de poluição das águas.

Na bacia do Rio Salitre foi desenvolvido um estudo pela EMBRAPA Semiárido³ sobre a invasão da espécie algaroba, exótica e de característica de ocupação agressiva, que disputa o espaço das plantas nativas. O estudo mostra que as áreas ocupadas pela algaroba têm apenas 10% de vegetação nativa, identificando um passivo ambiental no Território, pois o exemplo da Bacia do Salitre se reproduz em outras sub – bacias.

1.2.2 Solos

Uma grande parte dos solos que se apresentam em Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova e Canudos são de classe Arenoquartzosos Profundos (Neossolos Quartzarênicos), de textura essencialmente arenosa, cor amarelada, relevo plano ou suave ondulado, portanto solos pobres em nutrientes e matéria orgânica e com pouca capacidade de retenção de água, que devem ser preferencialmente conservados com a vegetação nativa. Esses solos indicam áreas de preservação.

Outro tipo de solo que ocorre com importância em Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova e Sento Sé é o “Latosolo” caracterizado pelo relevo plano ou suave ondulado. É um solo pobre, de textura média ou argilosa, em geral com pouca quantidade de água disponível; dada sua profundidade e porosidade, é um solo suscetível à compactação.

Em Sento Sé, Juazeiro, Curaçá, e Canudos ocorrem manchas de solo classificação Vertissolo, de consistência firme, plástica e pegajosa quando molhado,

³ Conduzido por Lima e Kiill, 2005.

e de torrão muito duro quando seco. A mecanização é limitada nas condições de solo úmido. Em Juazeiro, nesses solos, se localizam os perímetros irrigados de Tourão e Curaçá.

Em Casa Nova, Juazeiro, Curaçá, Uauá e Canudos ocorrem os solos de Classe Bruno não Cálcicos (Luvissoles), relevo ondulado, suave ondulado, solo raso (de até 1 metro), com reservas nutricionais e que favorecem o enraizamento. Em Casa Nova há uma utilização inicial desses solos principalmente para plantios de cebola. É nessa área onde está previsto a implantação do projeto Canal do Sertão, conhecido localmente como projeto Cruz das Almas, que pretende aduzir água para projetos de irrigação.

Os solos Litólicos (Neossolos Litólicos) são solos rasos, pobres em nutrientes, que ocupam grande parte do interior de Sento Sé, de Remanso e Casa Nova e a parte mais ao leste de Curaçá, Uauá e Canudos.

Outra classe importante são os solos Aluviais (Neossolos Flúvicos) que ocorrem próximos ao Rio São Francisco ou drenagens do relevo plano. São solos profundos e com variadas texturas, o que ajuda no enraizamento das plantas, mas são suscetíveis à inundação, ocorrem na costa do lago em Sento Sé e Sobradinho e no interior de Casa Nova, Juazeiro e Curaçá⁴.

Observando outro mapa, o da SRH (Superintendência de Recursos Hídricos), de 2003, a altitude da região varia entre 200 e 1.000 metros acima do nível do mar. O relevo de um modo geral baseia-se em uma pequena porção do Planalto Costeiro, ao oeste de Campo Alegre de Lourdes e de Pilão Arcado; a maior parte pertence à Depressão Periférica e Interplanálticas, uma parte da Chapada Diamantina em Sento Sé, Sobradinho e Juazeiro e uma parte de Bacia Sedimentar Recôncavo - tucano em Canudos.

1.2.3. Fauna

A fauna é muito rica e apresenta algumas espécies endêmicas, tais como o calango e lagartixa de rabo azul e outras não endêmicas, as abelhas nativas tubi, mandassaia, munduri. Em Pilão Arcado ainda se ouvem relatos de tatu canastra, tatu bola, tatu peba, siriema, e nos brejos ocorrem jacarés, jibóia, jararaca, lagartos

⁴ As classes descritas acima e outras podem ser observadas no mapa produzido pela EMBRAPA.

como o teiú, camaleões. Muitas dessas espécies são normalmente caçadas para subsistência: o caititu, o veado - catingueiro, o tatu peba, o tatu - galinha, o tapi, a preá e o mocó. Há tráfico de animais silvestres, principalmente pássaros, motivo de diversas ações do IBAMA para apreensão e queima de gaiolas em praça pública.

Também há ainda grande quantidade de espécies de peixes, porém a variedade vem diminuindo a cada ano, seja por causa da pesca predatória, seja porque a pressão da pesca tem sido maior que a capacidade de recomposição da população de peixes ou da interrupção de fluxos naturais dos peixes, tal como a piracema, após a construção da represa de Sobradinho.

Uma pesquisa⁵ identificou nos diferentes ambientes 131 espécies de aves, distribuídas em 17 ordens e 39 famílias. A maior proporção foi encontrada em ambientes abertos (51%), destacando-se ainda as áreas de caatinga arbóreo-arbustiva às margens do rio Salitre e do riacho Tourão, apesar de se encontrarem bastante alteradas. As poucas lagoas, ainda com água, favorecem as aves semi-aquáticas, aquáticas e paludícolas.

No tocante aos mamíferos, na área de influência do Baixo Salitre foram identificadas 32 espécies, distribuídos em sete ordens e 15 famílias. São gambás, tamanduás, sagüis, raposas, ratos do mato, preás, mocós e até coelhos do mato.

Quanto às serpentes, verifica-se a presença de 14 espécies pertencentes a 4 famílias. Três delas são peçonhentas - a jararaca, a cascavel e a coral - verdadeira, constituindo um perigo potencial para a população local. A jararaca pode ser considerada como a mais comum na área, ocorrendo em diferentes ambientes. É uma serpente agressiva e que causa o maior número de acidentes na região.

Entre os quelônios (tartarugas) incluem-se a muçua, uma pequena tartaruga de ocorrência ampla na América do Sul e que vem desaparecendo face à diversidade de seus predadores. O homem, seu principal predador, consome sua carne e ovos. Alguns animais são também predadores naturais dessa espécie, como o teiú, que ataca os ninhos em busca dos ovos, o carcará, o urubu e o pinhé que atacam os filhotes.

O teiú, lagarto característico da América do Sul, vive tanto em regiões úmidas quanto secas, preferindo os campos abertos. Possui hábitos diurnos e se alimenta de presas vivas, incluindo rãs, lagartixas e insetos. Nas áreas antrópicas

⁵ Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Salitre, Tomo 1 – Diagnóstico Sócio-Ambiental do Salitrinho, realizado pela FLORAM em convênio com a CODEVASF 6ª SR.

frequentemente invade galinheiros em busca dos ovos. Em contrapartida, é caçado pelo homem, constituindo um alimento de importante valor proteico para os habitantes da caatinga.

O camaleão é encontrado nos ramos das árvores às margens dos rios Salitre, Tourão e São Francisco. Uma espécie herbívora da iguana alimenta-se de grande variedade de plantas da caatinga, como o sete – cascos, o ingá e o juazeiro, das quais consome folhas, brotos, flores e frutos, assim como das folhas da algaroba.

Amostragens realizadas nos rios Salitre e São Francisco identificaram algumas das principais espécies de peixes presentes na bacia deste último, algumas das quais são endêmicas e outras migradoras, além das exóticas à ictiofauna local⁶.

Em Goiabeira, localidade do Rio Salitre, foram coletadas 9 espécies e 47 indivíduos e, sob a ponte, 13 espécies e 142 indivíduos. A espécie mais abundante foi piaba, comum em águas rasas e vegetadas. As espécies de ocorrência exclusiva em Goiabeiras foram muçum, piranha e piaba.

Este estudo conclui aquilo que já é consenso “...de maneira geral, a fauna da área estudada corre grande risco, salvo as proporções de alguns exemplares ou espécies, impulsionada pela segregação social da população local, que convive com o desemprego e pela baixa rentabilidade da atividade agrícola, marcada por uma desorganização da cadeia produtiva e uso de baixa tecnologia. Deste modo, na ausência de atividade econômica para a manutenção da qualidade alimentar, os moradores fazem uso da fauna e flora locais como suprimento econômico das suas famílias”.

1.2.4. Clima

O clima caracteriza-se por ter apenas duas estações claramente delimitadas, outono e verão e dois períodos secos anuais, um com longo déficit hídrico seguido de chuvas intermitentes e outro com seca curta seguido de chuvas torrenciais. Ambos os períodos de chuvas são mal distribuídos no espaço e no tempo. As temperaturas médias são altas, variando entre 22°C e 34°C; nos meses mais frios pode chegar a 19°C. A precipitação média anual varia entre 400 a 800 milímetros.

⁶ A distribuição dessas espécies obedeceu a parâmetros ambientais para seleção de habitats preferenciais para peixes e não previa a ocorrência de todas as espécies citadas para a bacia em uma determinada área. Em quatro pontos amostrais foram capturados 1.014 peixes, distribuídos por seis ordens, 15 famílias e 39 espécies.

A ocorrência do fenômeno “El Niño” (aumento da temperatura média das águas do oceano Pacífico) influencia negativamente no Território, causando as conhecidas secas. Pesquisas indicam que o ciclo de grandes secas se repete a cada 12 anos, aproximadamente. Assim, preveem entre os anos de 2005 a 2011 uma dessas grandes secas, demandando com urgência, no curto prazo, ações para reserva de água e alimentos para suportar os efeitos da estiagem prolongada.

Por todas essas características o Território está classificado nos estudos sobre desertificação como uma região de muito alta susceptibilidade à desertificação. Todas essas informações já indicam que o Plano de Desenvolvimento deverá considerar prioritariamente as potencialidades e as fragilidades existentes no meio ambiente.

1.2.5 Recursos Hídricos

Além da bacia do São Francisco, o Território também está inserido nas Bacias do rio Salitre e do Vaza Barris. O município de Canudos pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Vaza Barris (ESTUDOS ECONÔMICOS, 2008).

O Rio Salitre, até uns 50 anos atrás, era um rio perene e de lá para cá se tornou temporário, mostrando a grande fragilidade ambiental a que está sujeito o bioma do Território. O Rio Vaza Barris é um rio temporário e sua nascente localiza-se no sopé da Serra dos Macacos, próximo ao município de Uauá. Só é perene no seu baixo curso por sofrer influência das marés.

Geograficamente, o ponto exato onde ele começa é uma várzea denominada Alagadiço Grande, normalmente seco, só aparece quando chove. Em seu curso natural, mais à frente, forma a Lagoa dos Pinhões, que é o referencial de sua nascente

Existem inúmeras ilhas no leito do Rio São Francisco, umas habitadas outras não. Algumas delas são ocupadas por tribos indígenas. Em Juazeiro as ilhas são frequentemente cultivadas e frequentadas por turistas, sendo as principais a Ilha Massangano, Ilha do Rodeadouro e Ilha da Amélia. A Ilha do Fogo fica em frente à Juazeiro e apoia a ponte Presidente Dutra que liga Juazeiro e Petrolina, sendo a principal via de ligação de Juazeiro com os municípios de Casa Nova, Remanso,

Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes, além de permitir o fluxo de transporte que vem do sudeste para boa parte do Nordeste e o Norte.

No Lago de Sobradinho existem muitas ilhas não habitadas, sendo que o movimento de afluência e defluência (sobe e desce da cota do lago) não permite um planejamento sistemático para melhor utilização agrícola desses espaços. Em Pilão Arcado, muitas ilhas são cultivadas com culturas de subsistência: mandioca, feijão, batata doce, milho, sorgo e capim. A maioria das ilhas serve de ponto de apoio para os pescadores artesanais que percorrem todo o Rio e o Lago.

1.2.6 Saúde, Saneamento e Moradia

No que se refere à saúde, o Território Sertão do São Francisco está inserido no desenho regional da saúde no Estado da Bahia, no âmbito da Regional Norte de Saúde, coincidindo com a microrregião de Juazeiro – BA.

Quanto à caracterização da Rede de Serviços de Saúde da Região de Saúde, a distribuição de estabelecimentos de saúde por Município em 2017 no âmbito da microrregião de Juazeiro - BA, segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, destaca-se o município de Juazeiro – BA, também sede da macrorregião, com 225 estabelecimentos. Dentre os citados estabelecimentos estão as unidades de atenção básica, de gestão municipal, serviços assistenciais e de apoio diagnóstico e unidades hospitalares, de gestão municipal, estadual e dupla.

Quanto à infraestrutura do setor saúde e oferta de serviços, no tocante à distribuição de equipamentos e serviços de saúde na microrregião de Juazeiro – BA em 2017, destaca-se que todos os 10 municípios do Território dispõem de Unidades de Saúde da Família e unidades do SAMU, além de equipamento de atenção hospitalar. Sobre a disposição de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), 09 municípios dispõem deste serviço, à exceção de Pilão Arcado. Destaque para a presença do equipamento Academia da Saúde e Núcleo de Apoio ao Saúde da Família, presentes expressivamente neste território, além de serviços como o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e centros de referência em DST/HIV/AIDS. Quanto à atenção de média e alta complexidade, o município de Juazeiro – BA sedia o Hospital Regional de Juazeiro – BA, referência pelo Estado da Bahia e o Hospital

Materno Infantil de Juazeiro – BA, que faz parte do desenho da Rede Cegonha nesta referência. Serviços como o Polo Base de Saúde Indígena no município de Juazeiro – BA e o Polo de Saúde Indígena Truká em Sobradinho – BA e Atikun em Curaçá - BA são outros destaques.

Quanto aos equipamentos da atenção básica, Juazeiro – BA lidera a oferta de equipamentos na atenção básica, seguido por Casa Nova e Uauá. A atenção básica é também definida como:

[...]o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária.

Quanto ao perfil hospitalar, o município de Remanso possui três equipamentos, os municípios de Campo Alegre de Lourdes e Juazeiro possuem duas unidades de gestão estadual de média complexidade, cada. Os dois estabelecimentos de atenção à alta complexidade concentram-se em Juazeiro – Ba, também sede da regional, como já apresentado anteriormente.

A região de Juazeiro – BA participa de uma configuração interestadual, juntamente com a região de Petrolina – PE, conformando a Rede de Atenção à Saúde do Vale Médio São Francisco – Rede Pernambuco – Bahia. Segundo Viana (2017), esta organização é decorrente do transito de usuários dos serviços de saúde, que demandou a estruturação técnica e política dos fluxos, através da constituição da rede PE/BA. A rede possui dimensão macrorregional, compreendendo as macrorregiões de Juazeiro e Petrolina, que juntas agregam 53 municípios e cerca de 1.918.105 habitantes. O projeto que resultou neste arranjo objetivou: definir a cogestão na macrorregião interestadual, implementar as linhas de cuidado priorizadas no Pacto pela Saúde, fortalecer a Atenção Básica, redimensionar os serviços de apoio diagnóstico, propor nova modelagem de atenção hospitalar e especializada, fortalecimento da regulação, dos planos diretores e pactuação entre os gestores.

Quanto ao perfil de nascimentos, o município de Juazeiro-BA concentra a maior parcela de nascidos vivos, muito provavelmente em decorrência de ser sede de macrorregião, bem como da existência do Hospital Materno Infantil, para onde são regulados os procedimentos relativos ao parto e nascimento nesse território. Quanto à mortalidade infantil, o gráfico a seguir demonstra o perfil de mortalidade infantil por 1.000 habitantes, nesse Território, com destaque para os municípios de Canudos, Pilão Arcado e Casa Nova. O índice nacional de 13,82 foi definido a partir de 2015, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este indicador sugere a oportunidade de políticas públicas no âmbito da saúde materno-infantil. A partir de 2011, com a instituição da Rede Cegonha, que consiste numa rede de cuidados que pretende assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, assim como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudáveis. (BRASIL, 2011)

Quanto à cobertura vacinal por município e imunobiológico, destaque para a cobertura de BCG em Remanso (100,18%) e Juazeiro (89,04%), bem como Hepatite B em Sento Sé (91,07%), Poliomielite em Sento Sé (91,32%), Febre Amarela (75,93%) e DTP (91,07%) também neste município.

No que se refere às notificações por intoxicação exógena, na Região de Juazeiro – BA, de 2010 a 2015, destaca-se o ano de 2012, com 254 notificações, o que pode denotar uma maior sensibilidade às questões relativas à saúde do trabalhador, pelo incremento no diagnóstico de intoxicações exógenas. Intoxicação exógena tem definição de caso suspeito como: todo aquele indivíduo que, tendo sido exposto a substâncias químicas (agrotóxicos, medicamento, produtos de uso doméstico, cosméticos e higiene pessoal, produtos químicos de uso industrial, drogas, plantas e alimentos e bebidas), que apresente sinais e sintomas clínicos de intoxicação (BRASIL, 2017). Segundo o Ministério da Saúde, o agravo compõe a Lista de Doenças e Agravos de Notificação Compulsória. (BRASIL, 2016). O agravo faz parte também da Lista Estadual de Notificação Compulsória (BAHIA, 2016).

Quanto à situação de saneamento e moradia, no que tange ao abastecimento de água pela rede pública, Juazeiro apresenta maior expressão de domicílios abastecidos, com 48049, seguido por Casa Nova, com 9274. Quanto ao tratamento

de água, Juazeiro aparece em primeiro lugar, com 5865 domicílios, Casa Nova com 4920 domicílios e Campo Alegre de Lourdes com 4028 domicílios. Quanto à coleta de lixo, Juazeiro (44412), Casa Nova (8342) e Remanso (7040) lideram a quantidade de domicílios servidos pela coleta regular de lixo. Quanto à existência de lixo a céu aberto, Casa Nova apresentou maior número de pontos de lixo. Quanto à disponibilidade de energia elétrica, Juazeiro (49195), Casa Nova (10841) e Remanso (7738) possuem significativa parcela de domicílios abastecidos.

1.2.7. Aspectos Socioeconômicos e rurais

1.2.7.1. Indústria/Beneficiamento da produção

De modo geral a atividade industrial nos municípios que integram o TSSF ainda é incipiente, mas, pelas iniciativas e experiências apresentada por alguns grupos, associações e cooperativas de agricultores familiares, esta realidade é passível de transformação.

Nesse sentido, é fundamental a participação do governo no âmbito de suas esferas, através de incentivos que proporcione o apoio aos grupo produtivos empreenderem, o surgimento de novas agroindústrias, o fortalecimento produtivo e a inovação tecnológica para as já existentes. Uma alternativa que se mostra viável nessa área seria o beneficiamento das frutas produzidas no Território, a exemplo do umbu, manga, coco , acerola, maracujá, goiaba entre outras, cuja industrialização forneceria uma gama de produtos com excelente aceitação nos mercados nacional e internacional, como geleias, doces cristalizados e compotas, sucos, concentrados, além de agregar valor e gerar divisas.

Os agentes de desenvolvimento territoriais apontam em seus diagnósticos que o apoio ao **beneficiamento** da produção, nessa nova lógica, é fundamental para o desenvolvimento do TSSF. Apesar de 70% dos produtos consumidos no Brasil serem produzidos pela agricultura familiar, os agricultores locais não conseguem

comercializar seus produtos de forma sustentável. A agroindustrialização da produção familiar também exige a atualização da mão- de-obra local, gerando benefícios sociais para a população, com a geração de empregos permanentes e temporários, reduzindo os custos com transporte, alimentação e outros encargos que, de outra forma, são passíveis de onerar o preço final do produto.

Quanto às ocorrências das agroindústrias de produção de base familiar e os produtos predominantes nos municípios inseridos no Território Sertão do São Francisco, segundo diagnóstico das instituições que compõem o Colegiado Territorial (CODETER), citam-se o beneficiamento e envasamento de mel de abelha, em Campo Alegre de Lourdes, os sequilhos e doces de Casa Nova, os doces, geleia e compota de Curaçá, os sucos, polpa de frutas e concentrados de Juazeiro, a preparação e preservação do pescado e fabricação de conservas de peixe, doces e geleias de Remanso e Sobradinho, além dos doces, sucos, polpa de frutas, concentrados, cerveja de umbu e laticínios de Uauá, entre outros. (OLIVEIRA, 2017)

1.3 Desenvolvimento Sustentável do Território

1.3.1 Dimensão Socioeconômica

Esta dimensão está relacionada às temáticas: modelos de desenvolvimento humano e de produção, economia e gestão de políticas públicas, incluindo a gestão de recursos hídricos.

1.3.1.1 Desafios e Potencialidades na Dimensão Socioeconômica

O quadro a seguir apresenta os desafios e potencialidades relacionados à dimensão socioeconômica do território Sertão do São Francisco, destacando-se o modelo de produção agropecuária e as fragilidades nas políticas de assistência técnica, além do bioma em situação de enfraquecimento, relacionados com a presença de instituições públicas de ensino e organizações sociais com vasta experiência na convivência com o Semiárido, bem como o potencial hídrico para a produção de forragens.

Quadro 01: Desafios e Potencialidades na Dimensão Socioeconômica no TSSF, 2017.

Desafios	Potencialidades
I. Modelo de produção agropecuária insustentável com base na exaustão dos recursos naturais, que levam a graves problemas socioambientais como índices crescentes de desigualdade social e desertificação no território, pela utilização de práticas indiscriminadas de desmatamento, queimadas, superpastoreio, uso de agrotóxico, além do uso de energia de alto custo para produção agrícola, e práticas inadequadas de cultivo e criação.	I. Instituições públicas de ensino e pesquisas que possibilitam a geração de tecnologias apropriadas; II. Organizações sociais e de representação dos agricultores e agricultoras familiares; III. Instituições de fiscalização e monitoramento ambiental; IV. Organizações não governamentais com experiência acumulada e com referencial em metodologias e tecnologias de convivência com o Semiárido.
II. Política de ATER ineficiente e descontinuada com reduzido número de profissionais qualificados e perfil adequado para o acompanhamento da agropecuária familiar, povos e comunidades tradicionais para transição agroecológica. Ausência de ATER para pesca artesanal	V. A existência de organizações da sociedade civil executando ATER; VI. Lei Nacional de número 12.188 que institui a política de ATER. VII. Lei estadual de ater 12.372/11
III. Caatinga enfraquecida não suportando a sobrecarga animal, no período de estiagem, o que acarreta insuficiência alimentar e nutricional, má qualidade da forragem, carência de armazenamento, assim como promovendo a degradação da caatinga, com isso gerando maior vulnerabilidade social.	VIII. Potencial hídrico nas áreas de sequeiro para produção de forragem irrigada; IX. Existência de tecnologias de convivência com o semiárido que está subutilizada; X. Oferta de alimento na caatinga no período chuvoso.
IV. Insuficiência de fontes armazenamento de água segura e de qualidade para o consumo humano, animal e para fins produtivos especialmente nas áreas de sequeiro. Má gestão dos recursos hídricos existentes, além das dificuldades de acesso e centralização das estruturas de captação e armazenamento de água, bem como fragilidades na recuperação e preservação das lagoas marginais no rio São Francisco	XI. Rio São Francisco; XII. Rios e riachos com viabilidade técnica para construção de barragens acima de três (3) metros de altura; XIII. Poços tubulares com vazão subutilizada. XIV. Existência de órgãos públicos responsáveis pela gestão e estruturação dos recursos hídricos.
V. Inadequação das normas da vigilância sanitária para agricultura familiar, ausência de pesquisa pelos órgãos públicos que proponham tecnologias adequadas ao beneficiamento, e precariedade no processamento de produtos de origem animal (leite, pescado, carne, mel, ovos e outros).	XV. Empreendedores com matéria prima e subprodutos em abundância; XVI. Existência de Cooperativas que representam a agricultura familiar; XVII. Mercado consumidor a procura de produtos de procedência, com boa remuneração;
VI. Gestores públicos que não cumprem a lei	XVIII. Programas de aquisição de alimentos

para viabilização dos programas de aquisição de alimentos (PNAE, PAA) e processos burocráticos que dificultam o acesso, poucos empreendimentos da agricultura familiar com sustentabilidade econômica, social e ambiental para acesso a mercados diversos.	(PAA, PNAE); XIX. Região com oferta contínua de alimentos; XX. Instituições de apoio à agricultura familiar; XXI. Presença da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado através do SETAF.
--	--

Fonte: Construção do CODETER, 2017

1.3.2 Dimensão Sociocultural e Educacional

Esta dimensão está relacionada aos seguintes temas: acesso a serviços e infraestrutura pública (saúde, educação, proteção social, moradia, segurança, comunicações, energia, abastecimento d'água, saneamento, transporte, estradas, cultura, esporte e lazer), inserção social, combate à pobreza e pobreza extrema, segurança alimentar e nutricional, redução de desigualdades e promoção de igualdades sociais, crianças e adolescentes, juventude, mulheres, povos e comunidades tradicionais, pessoas com necessidades especiais, idosos, migrantes, memória coletiva, artes, gastronomia, música, literatura.

1.3.2.1 Desafios e Potencialidades na Dimensão Sociocultural e Educacional

O quadro 02 destaca fragilidades na oferta de equipamentos públicos, bem como da qualidade dos serviços prestados à população deste Território no tocante à educação e cultura. Em contrapartida, sinaliza a existência de alguns avanços nas políticas públicas educacionais, além da presença das universidades públicas (UNIVASF e UNEB), além da diversidade cultural do território e existência de instâncias de participação social, além de instrumentos de planejamento e gestão que dialogam com estes movimentos.

Quadro 02: Desafios e Potencialidades na Dimensão Sociocultural e Educacional no TSSF, 2017.

Desafios	Potencialidades
I. Inexistência e ou insuficiência e precariedade de equipamentos públicos, tais como bibliotecas, salas de multimeios, laboratórios de ciência e informática, espaços culturais, refeitórios, escolas do campo, transporte escolar, escolas técnicas e campi universitários nos municípios do território.	I. Existência e avanços nas políticas públicas educacionais como PNDE, FNDE, Caminho da Escola, Brasil Alfabetizado, Regulamentação do Piso Nacional dos Professores de ensino médio e PRONERA;

<p>II. Deficiência, insuficiência, precarização e falta de qualidade na prestação de serviços à população do território nas áreas de educação e cultura, que se refletem em problemas de evasão escolar, alta taxa de analfabetismo, reduzido número de matrículas de educação infantil, drogas e violência nas escolas. (buscar dados sobre evasão escolar, analfabetismo, número de matrículas, etc.);</p> <p>III. Rotatividade de profissionais da educação, falta de formação e qualificação dos profissionais da educação e da cultura;</p> <p>IV. Insuficiência de profissionais técnicos nos espaços culturais (Centro de Cultura);</p> <p>V. Predominância de relações de politicagem (personalismo) nas gestões municipais, prejudicando as ações de controle social;</p> <p>VI. Falta de dotação orçamentária nas Secretarias Municipais de Cultura e desvalorização da cultura local;</p> <p>VII. Ausência de espaços culturais e de instituições de ensino superior nas diversas cidades que compõem o território.</p>	<p>II. A existência de duas Universidades Públicas (UNEB e UNIVASF) consolidadas, com programas voltados para a formação inicial e continuada de professores e com potencial de produção em pesquisa e extensão;</p> <p>III. A diversidade cultural do território;</p> <p>IV. A criação de fóruns de discussão sobre educação, cultura e turismo e a consolidação da Câmara Temática de Cultura no Colegiado Territorial;</p> <p>V. O PPA Estadual 2016-2019 regionalizado estabelece os seguintes objetivos estratégicos para este território, que dialogam com essa dimensão:</p> <p>a) Apoiar institucionalmente as iniciativas dedicadas à preservação e revitalização do patrimônio cultural (material e imaterial);</p> <p>VI. O território apresenta instituições que desenvolvem ações de economia criativa, solidária, sustentável e empreendedorismo criativo. (grupo)</p>
--	--

Fonte: Construção do CODETER, 2017.

1.3.3 Dimensão Ambiental

Esta dimensão está relacionada aos seguintes temas: água potável, águas residuais, áreas protegidas, resíduos sólidos, biodiversidade, mudança climática, contaminação ambiental, desertificação, erosão, desmatamento, aquíferos, rios, degradação e manejo do solo.

1.3.3.1 Desafios e Potencialidades na Dimensão Ambiental

O quadro 03 dispõe sobre a dimensão ambiental, os modelos de produção e o bioma caatinga, citando os desafios e potencialidades relacionados a esta temática.

Quadro 03: Desafios e Potencialidades na Dimensão Ambiental

Desafios	Potencialidades
<p>I. Modelo de produção que provoca a degradação ambiental devido à perda na qualidade de vida decorrente do consumo excessivo de recursos naturais, assoreamento dos rios e lagos, perda de ecossistemas, escassez de água potável, erosão dos solos e desertificação;</p> <p>II. A caatinga como bioma predominante no Território vem sofrendo com o desmatamento para formação de pastagens, fabricação de implantação de grandes projetos, como os perímetros irrigados, instalação de mineradoras e parques eólicos. Estas ações descontroladas têm provocado perda da biodiversidade, processo avançado de desertificação, extinção das nascentes e alteração dos modos de vida tradicionais da região;</p> <p>III. O avanço descontrolado da agricultura intensiva irrigada dependente de grande quantidade de água e pesticidas vem provocando concentração das terras, das riquezas naturais, salinização dos solos, contaminação das águas, assoreamento dos riachos e açudes e expulsão das comunidades tradicionais dos seus territórios;</p> <p>IV. Substituir o modelo de desenvolvimento que tem provocado desmatamento das matas ciliares do Rio São Francisco, assoreamento da calha do rio, contaminação das águas, extinção de várias espécies de peixes e privatização das margens do rio, dificultado o acesso de pescadores e pescadoras as áreas de pesca artesanal;</p> <p>V. Universalizar os serviços de esgotos sanitários através de coleta e tratamento dos efluentes domésticos e industriais para reduzir a carga poluidora nos cursos d'água, evitando a poluição e degradação da qualidade da água para uso humano e animal.</p> <p>VI. Preservar as lagoas marginais, que funcionam como berçários de peixes, bem como fazer o resgate de espécies de peixe para repovoamento do Lago de Sobradinho, com ordenamento da pesca e aumento do pescado, evitando a ocupação indiscriminada das margens do rio e plantios nas área de depleção do Lago de Sobradinho e adotando medidas de revitalização e recuperação das áreas degradadas e da mata ciliar.</p>	<p>I. Bioma caatinga, como maior expressão do Semiárido, oferece recursos forrageiros de alto valor nutritivo, considerada essencial à dieta animal, plantas medicinais e frutíferas adaptadas as condições climáticas que pode se tornar fonte de alimentação e renda para as famílias que vivem no território;</p> <p>II. Agricultura familiar como atividade geradora de trabalho, renda e alimentos voltados, principalmente para o autoconsumo, com foco no caráter social e na agroecologia;</p> <p>III. O Rio São Francisco como o mais importante rio brasileiro, fornece água para o consumo animal e humano, pescado, produção de alimento, energia elétrica, navegação, turismo, lazer para milhares de pessoas;</p> <p>IV. Um grande número de comunidades tradicionais de Fundos de Pasto que integram um conjunto de forças sociais e políticas que visam instituir um novo paradigma sobre o contexto regional, orientado pela vivência coletiva, gestão das terras e de outros recursos naturais responsáveis pela preservação de grande parte da caatinga do território;</p> <p>V. Sistemas agropastoris que se constituem em ótimas condições de produção essencial para se cultivar de maneira continuada, preservar a caatinga e manter a tradição de áreas coletivas, desenvolver atividades sustentáveis de criação de caprinos e ovinos, promover o desenvolvimento socioeconômico para melhoria das condições de vida da população</p> <p>VI. Presença de Fóruns, Redes, Comitês e de Instituições que debatem as questões ambientais e com ações de pesquisa e educação para a convivência com o Semiárido;</p> <p>VII. Experiências agroecológicas e de recaatingamento desenvolvidas por famílias com assistência técnica. Observa-se também, o surgimento de Programas de Combate à Desertificação e de Revitalização de Rios e Nascentes</p>

Fonte: Construção do CODETER, 2017.

1.3.4 Dimensão Político-Institucional

Nessa dimensão serão abordados os seguintes temas: institucionalidades públicas, governo local, conselhos municipais, conselhos territoriais e regionais, legislações e marcos regulatórios específicos, organização social, sindical e política, participação social, representação política nos espaços estaduais e federal.

1.3.4.1 Desafios e Potencialidades na Dimensão Político-Institucional

O quadro 04 trata da dimensão político-institucional, destacando-se a existência de programas e políticas que favorecem o controle social, como a Política Territorial, porém apresenta desafios importantes como a regularização fundiária, garantia de ampliação da efetividade dos conselhos municipais, bem como o fechamento das escolas rurais.

Quadro 04: Desafios e Potencialidades na Dimensão Político-Institucional

Desafios	Potencialidades
<p>I. Necessidade de aumentar o controle social das políticas públicas (Seguro Safra, Seguro Defeso e outras);</p> <p>II. Garantir a criação e efetivação dos Conselhos Municipais com dificuldades de funcionamento em todos os municípios do território, além da necessidade de uma formação de conselheiros nas políticas públicas e controle social;</p> <p>III. Regularização e ordenamento da estrutura fundiária de fundos de pasto, regularização fundiária em todo o território e no entorno do Lago de Sobradinho, georreferenciamento das áreas da união geridas pela CHESF. A falta dessa política tem provocado conflitos e apropriação de terras por parte de empreendedores (mineradoras e eólicas, e especuladores) em detrimento dos direitos dos moradores que ocupam estas áreas. Mineradoras tem invadidos terras com finalidades de explorar e conseguem registrar terras que eram somente posses;</p> <p>IV. Programas governamentais relacionados com</p>	<p>I. Existências de novas institucionalidades, conselhos, consórcio e Colegiado Territorial;</p> <p>II. Existência do PTDRS (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável) desde 2008, com atualização em curso;</p> <p>III. Presenças de movimentos sociais atuantes;</p> <p>IV. Existência de programas governamentais e não governamentais: Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa Luz Para Todos, Programa Água Para Todos, Projeto Aguadas, Programa 1 Milhão de Cisternas-ASA, Programa 1 Terra e 2 Águas-ASA, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa Garantia Safra – PGS; Bolsa Família, Aposentadorias Rurais e Pronaf.</p>

<p>a desertificação são pontuais e fora da realidade local (Programa Semeando: sementes não adaptadas e períodos inadequados para distribuição; insuficiência dos campos de sementes gerando dependência dos agricultores; Programas Sertão Produtivo e ATERs: baixa quantidade e qualidade de técnicos, falta de estrutura de trabalho e baixos salários);</p> <p>V. O Programa Água Para Todos deverá se preocupar com o saneamento e reuso da água, além da distribuição, aumentando as entidades de execução e o controle social das ações;</p> <p>VI. Falta de compromisso dos gestores com as políticas públicas ligadas a infraestrutura básica, saúde, educação e estradas (Municipal/Estadual/Federal).</p> <p>VII. Fechamento das escolas rurais; falta de formação de professores necessidade de educação ambiental e contextualizada.</p>	
<p>VIII. Interferência política na definição de prioridades para assistência e ausência de participação da Chesf nos eventos voltados para avaliação dos impactos ambientais, com falta de interação entre as comunidades e, desarticulação dos movimentos ambientais;</p> <p>IX. Demarcação dos territórios das terras dos povos tradicionais. Em algumas comunidades indígenas, existem conflitos internos que prejudicam o desenvolvimento dos projetos pela FUNASA ;</p> <p>X. Necessidade de ampliar as estruturas de captação e armazenamento de água, uma vez que, apesar do esforço realizado nos últimos anos nesse sentido, a população das áreas de sequeiro permanece dependente de estratégias como carro pipa;</p> <p>XI. Necessidade de regulação e controle sobre a perfuração de poços, que cresceu nas últimas décadas, e muitos poços foram perfurados em locais inadequados, outros sem manutenção e necessitando de gestão por parte do governo.</p> <p>XII. Burocracia e morosidade para liberação dos recursos dos projetos aprovados para melhorar a qualidade de vida da comunidade;</p>	

Fonte: Construção do CODETER, 2017

CAPÍTULO 2: EIXOS, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E METAS

2.1 Eixos do Desenvolvimento

Quanto aos Eixos do Desenvolvimento, este instrumento apresenta as seguintes relações entre Eixos de Planejamento da Matriz e as principais Dimensões do Desenvolvimento àqueles vinculadas.

Tabela 02: Eixos do Desenvolvimento no TSSF, 2017.

Eixos de Planejamento da Matriz		Principais Dimensões do Desenvolvimento Contempladas
1	Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva.	Dimensão Socioeconômica Dimensão Ambiental Dimensão Sociocultural e Educacional
2	Governança Fundiária e Acesso à Terra.	Dimensão Socioeconômica Dimensão Ambiental Dimensão Sociocultural e Educacional
3	Formação Cidadã e Organização Social.	Dimensão Sociocultural e Educacional Dimensão Político Institucional
4	Infraestrutura e Serviços Públicos	Dimensão Sociocultural e Educacional Dimensão Político Institucional

Fonte: Construção do CODETER, 2017

2.2 Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas

Esse capítulo consiste na parte central do PTDSS e será apresentado em formato de uma Matriz, que vincula os eixos de desenvolvimento do Território aos seus respectivos objetivos, estratégias e metas, para os próximos oito anos.

A partir dessa Matriz serão construídos os Planos de Ações Territoriais (PAT), que detalham os aspectos operacionais e possibilitarão a formulação de Projetos para negociação de recursos e execução das ações.

2.2.1 Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva

Quadro 05: Eixo 1 - Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva no TSSF, 2017.

Eixo 1: Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva	
Objetivo A. Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental por meio da agricultura familiar agroecológica, com produção de alimentos saudáveis e ampliação da renda.	
<p>Estratégia 1. Ampliar a produção e o armazenamento de alimento para o rebanho de caprinos e ovinos, por meio da articulação e oferta de políticas públicas da agricultura familiar.</p>	<p>Meta 1.1. Implantar 10 (dez) bancos de produção e distribuição de plantas forrageiras resistentes a seca (palma, sorgo, leucena e outras culturas apropriadas ao semiárido), nas áreas de sequeiro;</p> <p>Meta 1.2. Adquirir 1.000 (mil) kit's de máquinas forrageiras/ silos para beneficiamento e armazenamento de forragens;</p> <p>Meta 1.3. Implantar de 10 (dez) unidades demonstrativas de forragens irrigadas (palma, leucena, sorgo e outros cultivos), utilizando práticas de base agroecológica;</p> <p>Meta 1.4. Instalar um (1) balcão da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) no território, para a garantia da distribuição de alimentos forrageiros nos períodos críticos de estiagem e apoio na comercialização de produtos, com acompanhamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDs);</p> <p>Meta 1.5. Construir e/ou instalar 10 (dez) depósitos destinados ao armazenamento e a distribuição de alimentação animal;</p> <p>Meta 1.6. Elaborar e apresentar aos órgãos competentes 10 (dez) propostas de intervenção na área de Sanidade e Dessedentação Animal, através do Colegiado Territorial e dos CMDs;</p> <p>Meta 1.7. Fomentar a elaboração de 5 (cinco) Projetos Produtivos incentivando a preservação da caatinga, mananciais hídricos e o manejo sustentável em áreas de Fundo de Pasto.</p>
<p>Estratégia 2. Articular a política pública de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER para garantir a oferta dos serviços de forma qualificada, contínua, contextualizada, gratuita e eficaz de produção.</p>	<p>Meta 2.1. Garantir a assistência técnica permanente para 47 (quarenta e sete) mil agricultores familiares do Território, conforme previsto em Lei;</p> <p>Meta 2.2. Articular emissão de novas Declarações de Aptidão para Agricultura Familiar (DAP) e atualização permanente de 47.218 (BAHIA ATER, 2016) DAP no território, dotando os organismos emissores de infraestrutura básica e disponibilidade de pessoal técnico para agilização e atendimento a demanda em tempo hábil;</p> <p>Meta 2.3. Criar um Grupo de Trabalho Temático Territorial que utilize a comunicação digital para divulgação de práticas agropecuárias sustentáveis com capacidade de auxiliar as ações de ATER, contribuindo para fazer chegar às inovações</p>

	<p>tecnológicas aos homens e mulheres do campo;</p> <p>Meta 2.4. Realizar 16 (dezesesseis) cursos/oficinas anuais para os profissionais de ATER, por meio do Plano de Formação dos Agentes de ATER, na perspectiva da educação contextualizada, da Convivência com Semiárido e da transição agroecológica das unidades de produção familiar;</p> <p>Meta 2.5. Ampliar em 100% a publicação de editais, com manutenção das chamadas específicas de ATER para as Mulheres rurais e pescadoras e jovens;</p> <p>Meta 2.6. Realizar 16 (dezesesseis) cursos / oficinas anuais para os profissionais de ATER, por meio do Plano de Formação dos Agentes de ATER, na perspectiva da educação contextualizada da convivência com semiárido e da transição Agroecológica das unidades de produção familiar;</p> <p>Meta 2.7. Ampliar em 100% a publicação de editais, com manutenção das chamadas específicas de ATER para as Mulheres rurais, pescadoras artesanais e jovens rurais e jovens pescadores (essa meta será dividida);</p> <p>Meta 2.8. Ampliar as equipes de ATER com a inclusão de profissionais específicos para atender às demandas de 6 mil pescadores e pescadoras artesanais no TSSF; (Ver no núcleo diretivo)</p> <p>Meta 2.9. Realizar 02 (duas) formações continuadas ao ano para Mulheres, técnicas de ATER, numa perspectiva feminista.</p>
Estratégia 3. Organizar a produção, circulação e comercialização dos produtos da agricultura familiar.	<p>Meta 3.1. Cumprir os percentuais de compra de produtos da agricultura familiar estabelecido nas leis sobre compras institucionais (PAA e PNAE) pelo poder público municipal e estadual, com acompanhamento dos CMDs, CONSEA e CAE e divulgação junto à sociedade;</p> <p>Meta 3.2. Preparar os empreendimentos (Cooperativas, Associações com DAP Jurídica e agricultores com DAP) da agricultura familiar para participar das chamadas públicas de aquisição de alimentos nos 10 (dez) municípios do território;</p> <p>Meta 3.3. Implantar 10 (dez) estruturas permanentes e 30 (trinta) estruturas moveis para a comercialização de produtos da agricultura familiar nas sedes dos municípios, aproveitando, os espaços das feiras livres e afins;</p> <p>Meta 3.4. Implantar o SIM (Selo de Inspeção Municipal) nos 10 (dez) municípios do território e viabilizar o acesso aos selos de inspeção estadual e federal (SIE e SIF) e o SUASA junto ao consórcio multifinalitário (CONSTESF);</p> <p>Meta 3.5. Criar um selo territorial que identifique geograficamente a origem dos produtos da agricultura familiar.</p>
Estratégia 4. Implantar e colocar em funcionamento unidades produtivas e de beneficiamento no território, como: Casa de Mel, Casa de	<p>Meta 4.1. Realizar estudo de viabilidade para revitalização das 03 (três) Unidades de Beneficiamento de Pescado existentes (Remanso, Sobradinho e Casa Nova), com foco no sistema de gestão e também para a implantar mais 03 (três) Unidades de Beneficiamento de Pescado nos municípios de Canudos, Sento Sé</p>

<p>Farinha, Unidade de Beneficiamento de Peixes, Frutas e Leite, Pequenos Abatedouros para Caprinos e Ovinos, Unidade de Beneficiamento de Peles e Couros para Artesanato.</p>	<p>e Pilão Arcado;</p> <p>Meta 4.2. Articular os órgãos responsáveis para desburocratização do mecanismo de licenciamento para utilização do Rio São Francisco com a finalidade da criação de peixe em tanque rede.</p> <p>Meta 4.3. Articular a manutenção de infraestruturas e equipamentos de 30 (trinta) casas de mel;</p> <p>Meta 4.4. Implantar 03 (três) Entrepósitos de Mel nos municípios de Campo Alegre, Pilao Arcado e Sento Sé, com infraestrutura e equipamentos e com acompanhamento de um grupo gestor e um plano de capacitação em gestão, legislação e comercialização;</p> <p>Meta 4.5. Articular apoio institucional a 10 (dez) Redes Produtivas dos (as) agricultores (as) familiares e as suas Cooperativas e Centrais na viabilização dos projetos produtivos de beneficiamento e comercialização dos diversos produtos da agricultura familiar, por meio da ATER e assessoria técnica sobre gestão financeira;</p> <p>Meta 4.6. Apoiar, reativar ou remanejar equipamentos das 48 (quarenta e oito) Unidades de Beneficiamento da agricultura familiar, com diversos produtos e seus derivados, já instaladas nos municípios do Território;</p>
<p>Estratégia 5. Apoiar o desenvolvimento das cadeias produtivas (pesca artesanal e piscicultura, turismo rural, entre outras) ampliando o investimento nas famílias produtoras, com foco na agricultura familiar.</p>	<p>Meta 5.1. Adquirir 2.000 (dois mil) kits EPI's para pescadores (camisa UV, bonés,) e 2000 motorzinhos;</p> <p>Meta 5.2. Apoiar em 100% a regulamentação do Decreto Estadual de Ordenamento da Pesca;</p> <p>Meta 5.3. Ampliar em 100% a fiscalização da pesca predatória;</p> <p>Meta 5.4. Criar corredores de acesso ao Rio e ao Lago Sobradinho, devido à ocupação das suas margens pela iniciativa privada, ficando os pescadores sem porto, os povos de terreiro sem locais para os seus rituais e a população em geral com áreas restritas de acesso.</p>
<p>Estratégia 6. Formar, capacitar e qualificar de forma continuada os agentes de desenvolvimento, das atividades agropecuárias e organização para a comercialização (produção, beneficiamento, armazenamento, mercado e crédito) e os agricultores(as) e pescadores(as) das respectivas atividades econômicas.</p>	<p>Meta 6.1. Realizar 03 (três) capacitações anuais por município do território sobre criação e beneficiamento de criação de galinhas caipiras;</p> <p>Meta 6.2. Capacitar 2.000 (dois mil) apicultores (as) em Gestão da Produção e Comercialização do Mel;</p> <p>Meta 6.3. Formar 5.000 (cinco mil) pescadores/as e piscicultores(as) sobre beneficiamento, armazenamento e comercialização de pescados;</p> <p>Meta 6.4. Capacitar 3.000 (três mil) criadores de cabra de leite sobre produção, beneficiamento e boas práticas de fabricação;</p> <p>Meta 6.5. capacitar em 48 hs/ agricultor familiar/ano e 03 (três) capacitações / ano para agentes de ATER pela SDR/BAHIA ATER, no âmbito do Plano de Formação da BAHIA ATER;</p> <p>Meta 6.6. Solicitar 10 (dez) capacitações para agricultores familiares junto a SDR/SUAF no âmbito dos seus programas;</p> <p>Meta 6.7. Solicitar 10 (dez) capacitações para agricultores</p>

	familiares e agentes de ATER para SDR/CAR no âmbito de seus Programas.
Estratégia 7. Valorizar a agro biodiversidade e estimular as experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos animais e vegetais, especialmente aquelas que envolvam o manejo de raças e variedades locais e tradicionais.	<p>Meta 7.1. Estruturar uma política de produção de sementes crioulas, com produção e distribuição no território;</p> <p>Meta 7.2. Criar 10 (dez) bancos de sementes crioulas no território;</p> <p>Meta 7.3. Apoiar em 100% a produção e/ou aquisição de sementes de hortaliças agroecológicas para a otimização dos quintais produtivos da agricultura familiar;</p> <p>Meta 7.4. Implantar 08 (oito) viveiros para produção de mudas nativas, em locais estratégicos, para a distribuição e fomento dos planos de revitalização da mata ciliar e nascentes do rio São Francisco;</p> <p>Meta 7.5. Articular a liberação de incentivos fiscais e financiamentos públicos condicionados a revitalização da mata ciliar da propriedade do proponente em 100% dos municípios que margeiam o São Francisco.</p>
Estratégia 8. Pautar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco para agir sobre a regulação do uso da água superficial e subterrânea.	Meta 8.1. Encaminhar 01 (um) documento ao CBRSF indicando providências para regular o uso da água na Bacia Hidrográfica do São Francisco, por meio da análise e adequação das outorgas de água superficial e subterrânea à disponibilidade.
Estratégia 9. Incentivar a criação de Centrais de Abastecimento ou Feiras Agroecológicas e de Agro Extrativismo Local.	<p>Meta 9.1. Elaborar 10 (dez) projetos de feiras agroecológicas e buscar financiamento para implantação da infraestrutura, logística, divulgação e acompanhamento técnico para organização e certificação da produção;</p> <p>Meta 9.2. Articular a instalação de 01 (um) Armazém da Agricultura Familiar no território;</p> <p>Meta 9.3. Articular incentivos ao funcionamento da Central de Cooperativas da Agricultura Familiar – Central da Caatinga (CECAAT);</p> <p>Meta 9.4. Articular incentivos a criação de Feiras Agroecológicas nos 10 (dez) municípios do território, dotando os locais de infraestrutura adequada e campanhas de divulgação.</p>
Estratégia 10. Ampliação de tecnologias sociais de captação de água de chuva do uso individual para uso comunitário, com reservas estratégicas que permitam abastecer as famílias do semiárido por um período prolongado de estiagem.	<p>Meta 10.1. Articular limpeza e recuperação de 1.000 (um mil) barragens no território;</p> <p>Meta 10.2. Implantar 20.000 (vinte mil) cisternas com capacidade de 52 mil litros para produção nas unidades dos agricultores (as) familiares;</p> <p>Meta 10.3. Apoiar a Universalização da água de consumo humano nas comunidades de sequeiro, através da construção de cisternas de placas de 16 mil litros do território (6 a 8 mil cisternas);</p> <p>Meta 10.4. Recuperação, limpeza e revestimento de 1.000 (um mil) cacimbas de Bogós.</p>
Estratégia 11. Dinamizar a produtividade das propriedades familiares rurais	Meta 11.1. Renovar/validar 100 % das DAP's existentes no território. Muitos agricultores(as) estão com suas DAP's desatualizadas e isso tem provocado atrasos e dificuldades no

com linhas de crédito estadual e federal.	<p>acesso ao crédito;</p> <p>Meta 11.2. Promover 20 (vinte) eventos nos municípios com o objetivo de divulgar e explicar funcionamento do PRONAF;</p> <p>Meta 11.3. Divulgar cartilhas sobre o PRONAF nas escolas técnicas nos 10 municípios do TSSF;</p> <p>Meta 11.4. Aliar matéria sobre empreendedorismo rural com a realidade de cada localidade, inclusive com professores do local, nos 10 municípios do TSSF;</p> <p>Meta 11.5. Efetuar regularização fundiária em 100% do Território, de modo a facilitar o acesso ao crédito.</p> <p>Meta 11.6. Ampliação da oferta de crédito em 30% para os beneficiários do programa nos 10 (dez) municípios que compõem o TSSF.</p>
Estratégia 12. Reativar e ampliar o Fórum de discussão sobre ordenamento do Lago de Sobradinho, com reuniões sistemáticas	<p>Meta 12.1. Realizar 1 (um) Fórum por ano com foco no fortalecimento de mecanismos de ordenamento dos múltiplos usos das águas e terras do Lago de Sobradinho, fortalecendo o seu mecanismo de sustentabilidade.</p>
Estratégia 13 Estruturar a política de desenvolvimento do Turismo no Território Sertão do São Francisco	<p>Meta 13.1. Realizar o 8º encontro de Prefeitos e dirigentes de Turismo da Zona Turística VSF – Região Norte da Bahia;</p> <p>Meta 13.2. Implantar 1 (uma) sede Regional da ABATUR (Juazeiro, Casa Nova, Sobradinho, Curaçá, Sento Sé, Campo Alegre de Lourdes);</p> <p>Meta 13.3. Realizar 10 (dez) workshop's de Turismo no meio rural e Base Comunitária;</p> <p>Meta 13.4. Realizar 10 (dez) oficinas da cadeia produtiva associada ao Turismo (prog. SETUR)</p> <p>Meta 13.5. Estruturar o I Roteiro Rural e Base Comunitária do Território;</p> <p>Meta 13.6. Organizar o I Festival Gastronômico do Cari;</p> <p>Meta 13.7. Elaborar os dez (10) PDITS da Zona Turística do Território;</p> <p>Meta 13.8. Realizar o I Seminário Regional de Turismo Étnico do Território;</p> <p>Meta 13.9. Inserir o PRODETUR/NE como linha de crédito para o desenvolvimento do turismo na Zona Turística do Vale do São Francisco;</p> <p>Meta 13.10. Implantar o Programa Regional Turismo Legal no TSSF/Semiárido;</p> <p>Meta 13.11. Realizar ações de fortalecimento da profissão de Vaqueiro com a prática da Pega (Pegada) de Boi como esporte na vaquejada.</p>

Objetivo B. Promover o etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural através da organização produtiva e econômica	
<p>Estratégia 1. Fortalecer o protagonismo da juventude e da mulher na formulação e efetivação das políticas públicas, permitindo viver dignamente no campo, com lazer, cultura, organização social, trabalho, segurança pública, educação, acesso à terra, água e a produção agroecológica apropriada (Conf. Juventude Livre).</p>	<p>Meta 1.1. Articular a ampliação da representação de Mulheres e Jovens nas instâncias de Controle Social Municipal e Territorial nos 10 municípios do TSSF;</p> <p>Meta 1.2. Realizar 02 (duas) oficinas anuais, por Município, uma para elaboração de projetos e monitoramento de orçamentos e outra sobre as políticas públicas;</p> <p>Meta 1.3. Fortalecer o movimento agroecológico com base no reconhecimento do papel das mulheres na agroecologia nos 10 municípios que compõem o TSSF.</p>
<p>Estratégia 2. Fomento ao empreendedorismo de Mulheres, Mulheres Negras e Homens Negros, bem como formações políticas para o seu empoderamento.</p>	<p>Meta 2.1. Realizar 20 (vinte) formações continuadas, garantindo o mínimo de 02 por ano, no âmbito territorial, acerca de Empreendedorismo Solidário, Gestão e Política de Gênero;</p> <p>Meta 2.2. Realizar 11 (onze) feiras anuais, sendo 01 territorial e 10 distribuídas entre os municípios do território, valorizando e reconhecendo a participação das mulheres;</p> <p>Meta 2.3. Articular a contratação de Assessoria Técnica para os 10 (dez) municípios, visando a garantia da qualidade dos produtos comercializados, considerando as especificidades de cada região.</p>
<p>Estratégia 3. Criar e fortalecer os Organismos de Políticas para as Mulheres, estabelecendo diretrizes para elaboração e efetivação das ações.</p>	<p>Meta 3.1. Realizar 1 (um) mapeamento dos organismos de promoção de políticas para as mulheres já existentes no Território;</p> <p>Meta 3.2. Realizar 1 (um) diagnóstico relacionado à situação das mulheres nos municípios do Território;</p> <p>Meta 3.3. Articular a sensibilização dos governos acerca da necessidade de implantação de Organismos de Mulheres nos 10 (dez) municípios do território;</p> <p>Meta 3.4. Fortalecer os organismos existentes e implantar novos Organismos de Políticas para as Mulheres, nos 10 (dez) municípios do Território;</p> <p>Meta 3.5. Criar 1 (um) plano de ação para a efetivação das políticas públicas para as Mulheres.</p>

Fonte: Construção do CODETER, 2017.

2.2.2. Eixo 2 - Governança Fundiária e Acesso à Terra

Quadro 06: Eixo 2 - Governança Fundiária e Acesso à Terra

Eixo 2: Governança Fundiária e Acesso à Terra	
Objetivo A. Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais.	
Estratégia 1. Democratização no acesso à terra	<p>Meta 1.1. Realizar 10 (dez) levantamentos Fundiários, um por município, em todos os Municípios do TSSF;</p> <p>Meta 1.2. Realizar o cadastro ambiental – CEFIR em 100% das propriedades dos 10 (dez) municípios;</p> <p>Meta 1.3. Promover o georeferenciamento, conforme norma do INCRA (Lei 1.067/2001 – nas áreas acima de 100 ha, prazo carencial até 20/11/2016; acima de 25ha, até 20/11/2019; e abaixo de 25 ha até 20/22/2023);</p> <p>Meta 1.4. Fomentar a reestruturação do dispositivo territorial da CDA para acelerar e adequar o processo de reordenamento e a regularização das terras coletivas e individuais.</p> <p>Meta 1.5. Implantar o Sistema Estadual de Gestão Fundiária com atualização constante do banco de dados com os cartórios de imóveis (modificar lei dos cartórios impedindo registros que não estejam do banco de dados). O sistema unifica em um só banco de dados todos os cadastros de imóveis do estado, permite fornecer/receber informações georreferenciadas de/para outros cadastros como: CEFIR, ITR, CCIR, IPTU, e concessionárias de serviço público;</p> <p>Meta 1.6. Identificar as terras públicas, de fundo de pastos, de comunidades e de povos tradicionais e realizar o reordenamento agrário para Regularização Fundiária e titulação das terras, no âmbito do TSSF;</p> <p>Meta 1.7. Realizar a desapropriação de terras improdutivas e que não cumprem a sua função social, no âmbito do TSSF;</p> <p>Meta 1.8. Criar novos projetos de assentamentos da reforma agrária no TSSF;</p> <p>Meta 1.9. Ampliar os projetos de plantio, reflorestamento e recuperação de áreas degradadas e da mata ciliar no âmbito do TSSF;</p> <p>Meta 1.10. Estabelecer em ação específica limites de tamanho para as propriedades rurais nos 10 (dez) municípios que compõem o TSSF.</p>
Estratégia 2 .Georeferenciamento da poligonal do entorno do Lago do Sobradinho que está sob o	<p>Meta 2.1. Georreferenciar e certificar 100% da poligonal do entorno da Borda do Lago de Sobradinho, ilhas e terras de marinha a jusante de Sobradinho.</p>

domínio da União. (certificação desse imóvel e registrar em cartório – A identificação do imóvel rural se dá por meio da correta descrição dos seus limites, conforme parágrafo 3º do artigo 176 da Lei nº 6.015, de 1973)	Meta 2.2. Determinações do zoneamento da APA e do Plano Ambiental de Conservação e Uso da Água do Entorno do Reservatório Artificial da usina de Sobradinho – PACUERA devem ser atendidos. O zoneamento constitui base legal para execução do PACUERA.
Objetivo B. Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da garantia do acesso à terra.	
Estratégia 1. Viabilizar uma política pública de sucessão rural, assegurando a terra, regularização e reordenamento fundiário e agrário, água para o consumo e para a produção, habitação rural, energia elétrica, Assistência Técnica e Extensão Rural e fomento coletivo e solidário (Conf. Juventude Livre);	Meta 1.1. Estruturar os órgãos públicos em relação aos problemas ambientais, superando as deficiências quanto à estrutura legal e pouca fiscalização, falta de fiscalização e aplicação da legislação
Estratégia 2. Assegurar o reconhecimento e a demarcação dos territórios de Fundos de Pasto, quilombolas e indígenas (Conf. Juventude Livre).	Meta 2.1. Concluir o processo de cadastramento de áreas de Fundo de Pasto nos 10 (dez) municípios do território; Meta 2.2. Articular a liberação do título da terra de áreas de 300 (trezentos) fundos de pasto que já foram cadastradas, reconhecidas e demarcadas.
Estratégia 3. Implementar o Plano de Manejo das Áreas de Fundo de Pasto e Assentamentos de Reforma Agrária (RA).	Meta 3.1. Articular a promoção de ações para revitalização de 100 % das áreas de Fundos de Pasto do território; Meta 3.2. Trabalhar a sustentabilidade das áreas de 94 (noventa e quatro) dos Assentamentos de RA do território, com a oferta de assistência técnica e extensão rural pública de forma continuada.

Fonte: Construção do CODETER, 2017.

2.2.3. Eixo 3 - Formação Cidadã e Organização Social

Quadro 07: Eixo 3 - Formação Cidadã e Organização Social

Eixo 3 : Formação Cidadã e Organização Social	
Objetivo A. Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas (PNDRSS).	
Estratégia 1. Ampliar e garantir a participação da sociedade civil nos conselhos municipais.	<p>Meta 1.1. Propiciar os meios (transporte, alimentação, “geton” e hospedagem) para a participação dos conselheiros em cada conselho, nos 10 (dez) municípios do TSSF;</p> <p>Meta 1.2. Apoiar a realização de encontros, reuniões, conferências e oficinas, objetivando a construção mais legítima da participação nos conselhos de 100% das instituições que atuam na política de desenvolvimento territorial.</p>
Estratégia 2. Realizar formação continuada para os conselheiros, visando a qualificação de suas ações juntos aos conselhos.	<p>Meta 2.2. Ofertar 02 (dois) cursos de extensão para conselheiros, de quatro em quatro anos, através de parcerias com as universidades públicas e entidades da sociedade civil com expertise na área;</p> <p>Meta 2.2. Apoiar a realização de pesquisas que venham a acrescentar no entendimento e publicização da importância dos conselhos na gestão e controle social, nos 10 (dez) municípios do Território;</p> <p>Meta 2.3. Realizar 1 (um) Encontro Territorial anual e 1 (uma) Oficina Municipal anual, objetivando a formação de conselheiros na participação ativa dos conselhos que atuam na política de desenvolvimento territorial;</p> <p>Meta 2.4. Capacitar e apoiar os integrantes das organizações e entidades do campo e os diversos conselhos municipais, para o efetivo acompanhamento e avaliação dos planos nacional, estadual e municipais de educação no âmbito das políticas públicas do território.</p>
Estratégia 3. Publicização das finalidades, dos atos e decisões dos conselhos como forma de melhorar a mobilização, dinamização da participação da sociedade civil e do poder público.	Meta 3.1. Apoiar a criação e utilização de instrumentos de comunicação com a finalidade específica de divulgar as ações dos conselhos (sites, programas de rádio, programas de TV, cartilhas, panfletos e outros), no âmbito do Território.
Estratégia 4. Apoiar os municípios na criação e fortalecimento dos conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, de Cultura, Meio Ambiente, Segurança Alimentar, Desenvolvimento Rural, Juventude	<p>Meta 4.1. Apoiar a criação e homologação de 7 (sete) conselhos de Segurança Alimentar, visando a universalização do modelo de gestão social nos 10 municípios do território; Segurança Alimentar;</p> <p>Meta 4.2. Apoiar a criação e homologação de 7 (sete) conselhos de Cultura, visando a universalização do modelo de</p>

e Mulheres, e seus respectivos fundos municipais.	<p>gestão social nos 10 municípios do território;</p> <p>Meta 4.3. Apoiar a criação e homologação de 9 (sete) conselhos de Juventude, visando a universalização do modelo de gestão social nos 10 municípios do território;</p> <p>Meta 4.4. Apoiar a criação e homologação de 9 (sete) conselhos de Mulheres, visando a universalização do modelo de gestão social nos 10 municípios do território;</p> <p>Meta 4.5. Apoiar a criação e homologação dos fundos dos conselhos municipais, visando a universalização do modelo de gestão social nos 10 municípios do território.</p>
Estratégia 5. Melhorar o diálogo e a articulação entre as instâncias públicas e organizações da sociedade civil, envolvidas na gestão municipal (Codeter, Consórcio, Câmaras Municipais, Prefeituras e ONGs).	<p>Meta 5.1. Fomentar a criação de 1 (uma) Casa de Conselhos nos 9 (nove) municípios, para o funcionamento dos conselhos existentes em cada município;</p> <p>Meta 5.2. Realizar 1 (um) Fórum Anual de Gestão Social com a participação das instâncias públicas e organizações da sociedade civil envolvidas na gestão social (Codeter, Consórcio, Câmaras Municipais, Prefeituras e ONGs);</p> <p>Meta 5.3. Fomentar, nos 10 (dez) municípios, dotação orçamentária garantida por lei para funcionamento dos conselhos municipais, priorizando os Conselhos de Cultura, Meio Ambiente, Segurança Alimentar, Desenvolvimento Sustentável, Juventude e Mulheres;</p> <p>Meta 5.4. Integrar o CAE – Conselho de Alimentação Escolar ao Sistema SISAN (Conf. Terr. de Seg. Alimentar).</p>
Estratégia 6. Assegurar a publicização das informações orçamentárias e financeiras do ente público municipal pelos veículos de comunicação.	Meta 6.1. Articular a efetivação do meio digital “portal da transparência” em todos os municípios do território e utilização dos meios televisivos e radiofônicos existentes para publicização das informações orçamentárias e financeiras.
<p align="center">Objetivo B. Promover o etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio do acesso a formação, organização social e cidadania (PNDRSS).</p>	
Estratégia 1. Realizar as articulações necessárias para a criação dos conselhos de mulheres e juventude nos municípios onde ainda não existem;	<p>Meta 1.1. Fortalecer e criar 09 (nove) Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres e 9 (nove) Conselhos Municipais de Juventude, visando à universalização do modelo de gestão social no território rever a redação</p> <p>Meta 1.2. Articular a criação de fundos municipais para a promoção da autonomia dos conselhos, concomitante a sua criação, nos 10 (dez) municípios que compõem o Território.</p> <p>Meta 1.3. Apoiar a criação e homologação do Conselho Territorial de Direitos das Mulheres.</p> <p>Meta 1.4. Realizar articulações com setores governamentais e não governamentais para a criação e implantação dos conselhos municipais de mulheres e juventude nos municípios onde ainda</p>

	não existem; Meta 1.5. Articular a criação e funcionamento da Rede Territorial de Enfrentamento a Violência contra a Mulher, considerando a diversidade étnoracial, gênero e intergeracional.
Estratégia 2. Criar e ampliar as oportunidades de formação em nível de pós-graduação voltada para temática de gênero e raça, juventude, comunidades tradicionais;	Meta 2.1 Ofertar 10 (dez) cursos de pós-graduação <i>latu-sensu</i> com recorte temático de gênero e raça, juventude e comunidades tradicionais, totalizando a oferta de 300 vagas, através das universidades públicas em todos os municípios do território.
Estratégia 3. Garantir a participação e o controle social das políticas educacionais pela sociedade civil, assegurando a representação dos jovens (Conf. Juventude Livre).	Meta 3.1. Estabelecer um percentual de representação de 10 % de jovens nos conselhos municipais do Território.
Estratégia 4. Ampliar a oferta de oportunidades de formação artística para as/os jovens dos diversos municípios do território.	Meta 4.1. Garantir o acesso de Jovens nos cursos da SECULT-BA para os 10 (dez) municípios do território; Meta 4.2. Proporcionar mecanismos de formação dos proponentes (associações, fundações, artistas, coletivos, povos e comunidades tradicionais, etc.), visando a qualificação da sua participação em editais. Meta 4.3 Implantar os editais territoriais de cultura com recorte específico para mulheres e jovens.
Estratégia 5. Oportunizar o acesso às tecnologias digitais de Informação e Comunicação;	Meta 5.1. Implantar 100 (cem) Centros Digitais de Cidadania na zona rural (PPA) e urbana, priorizando, como público alvo, os grupos em situação de vulnerabilidade social.

Fonte: Construção do CODETER, 2017.

2.2.4. Eixo 4 - Infraestrutura e Serviços Públicos

Quanto à infraestrutura e serviços públicos, pode-se destacar a demanda por incrementos nas políticas de saúde, relacionados a investimentos em construção, reforma e ampliação de unidades, medicamentos e capital humano, educação, relativos a investimentos na infraestrutura física e tecnológica, bem como políticas voltadas à educação contextualizada, participação e controle social, serviços de infraestrutura rodoviária, habitacional e segurança pública, etnodesenvolvimento e autonomia das mulheres e juventude rural.

Quadro 08: Eixo 04 – Infraestrutura e Serviços Públicos

Eixo: 4 Infraestrutura e Serviços Públicos	
Objetivo A. Garantir uma política de saúde referenciada na grande diversidade de ambientes físicos e sociais que constitui o universo rural e urbano	
Estratégia 1. Garantir a consolidação das ações e serviços de atenção básica	<p>Meta 1.1. Articular construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde em todos os municípios que compõem o TSSF, considerando as especificidades de suas populações específicas, bem como garantir orçamento para aquisição de equipamentos, medicamentos, insumos e provimento e fixação de pessoal, conforme Política Nacional de Atenção Básica.</p> <p>Meta 1.2. Aumentar em 82 % a cobertura de atenção básica nos 10 (dez) municípios que compõem o TSSF;</p> <p>Meta 1.3. Implementar a atenção básica por meio de incentivos financeiros, com aporte de medicamentos e materiais para sua qualificação, nos 10 (dez) municípios do TSSF;</p> <p>Meta 1.4. Articular a oferta, nos 10 (dez) municípios do Território, de forma regular, dos medicamentos da atenção básica, especialmente para hipertensos e diabéticos, bem como bloqueador solar para albinos e ampliação do serviço de atenção domiciliar, no âmbito do Programa de “Melhor em Casa</p>
Estratégia 2. Ampliar unidade de saúde da rede própria, componente hospitalar, desenvolvendo ações para a melhoria da atenção especializada ambulatorial e hospitalar	<p>Meta 2.1. Articular a aquisição de equipamentos para o Hospital Regional de Juazeiro;</p> <p>Meta 2.2. Implantar uma (01) UTI Neonatal no Hospital Regional de Juazeiro - BA;</p>
Estratégia 3. Estruturar a política estadual de gerenciamento de equipamentos e produtos médicos da rede própria, promovendo a integração dos serviços de saúde por meio das Redes de Atenção à Saúde, com vistas ao fortalecimento da saúde do trabalhador no TSSF.	<p>Meta 3.1 Descentralizar redes do serviço regionalizado do CEREST para os 10 (dez) municípios, no tocante à saúde do trabalhador;</p> <p>Meta 3.2. Descentralizar as ações do INSS que estão centralizadas em Juazeiro-BA, para 09 (nove) municípios do território, através de multirões e deslocamento da equipe do INSS, a exemplo da perícia médica;</p> <p>Meta 3.3. Incentivar a implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador pelos</p>

	<p>profissionais de Estratégia Saúde da Família (ESF) nos 10 (dez) municípios do território.</p> <p>Meta 3.4. Articular a ampliação do número de serviços e ações de atenção à saúde do trabalhador;</p>
Estratégia 4. Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial no território Saúde Mental - RAPS, a partir de dispositivos de apoio matricial, inclusão social e abordagem intersetorial.	Meta 4.1. Fortalecimento da política de saúde mental em 100% dos municípios do TSSF, orientada pelo diálogo entre os dispositivos da rede (CAPS e outros) e os demais pontos de atenção (básica e hospitalar);
Estratégia 5. Organizar a rede para prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer	<p>Meta 5.1. Articular a implantação e estruturação de um Centro de Oncologia no âmbito do TSSF;</p> <p>Meta 5.2 Garantir o atendimento e tratamento especializado aos pacientes com câncer, evitando deslocamentos frequentes, despesas excessivas aos municípios e sobrecarga da rede hospitalar em Salvador</p>
Estratégia 6. Garantir a ampliação do financiamento da saúde com gestão transparente;	<p>Meta 6.1. Fomentar a contrapartida federal, estadual e municipal no financiamento da saúde nos 10 municípios que compõem o TSSF;</p> <p>Meta 6.2. Fortalecer o controle social no âmbito do Sistema Único de Saúde nos 10 municípios do TSSF, dialogando com os conselhos municipais de saúde, para o fortalecimento da gestão estratégica e participativa.</p>
<p>Objetivo B. Promover o acesso da população a políticas públicas voltadas a melhoria da qualidade de vida, por meio da participação social, integração de ações institucionais e articulação interfederativa.</p>	
Estratégia 1. Incentivar programas de hortas orgânicas e de frutíferas nas escolas públicas;	Meta 1.1. Articular a implantação de hortas orgânicas em 90% das escolas públicas dos 10 (dez) municípios do TSSF.
Estratégia 2. Ampliar o atendimento aos domicílios rurais com energia elétrica pelo Programa Luz para Todos.	Meta 2.1. Apoiar a Universalização em 100% dos municípios e o acesso das famílias rurais ao Programa Luz para Todos;
Estratégia 3. Construir conjuntos habitacionais populares e ampliar a oferta de habitações populares na área urbana e nas comunidades rurais, com substituição das moradias de taipa.	Meta 3.1. Construir 10.000 (dez mil) moradias pelo PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural.
Estratégia 4. Promover a infraestrutura urbana e rural para o desenvolvimento sustentável no TSSF.	<p>Meta 4.1. Articular a recuperação de 371 km de malha asfáltica, através da restauração de rodovias, conforme o PPA 2016-2019, particularmente na manutenção das BA 210, 220 e 120 que passam pelo TSSF;</p> <p>Meta 4.2. Construir estrada asfaltada de Sento Sé para Xique -Xique interligando os Territórios do</p>

	<p>Sertão do São Francisco e Território de Irecê;</p> <p>Meta 4.3. Construir pavimentação asfáltica ligando a BA 376 (Barragem de Sobradinho em direção à divisa do Estado de Pernambuco, na localidade do povoado de Tapera, Petrolina - PE, desta distante a aproximadamente 10km;</p> <p>Meta 4.4. Recuperar e construir estradas estaduais como a BA 210, BA 220, BA 120, entre outras e fazer a Interligação do território Sertão do São Francisco com o de Irecê, via município de Sento Sé.</p>
<p>Estratégia 5. Investir em segurança pública (aumentar e qualificar o efetivo, melhorar a infraestrutura para fiscalização de fronteiras e deslocamento: viaturas e estradas); prevenção ao uso, combate ao tráfico e tratamento ao usuário de drogas;</p>	<p>Meta 5.1. Prover unidades do Sistema Estadual de Segurança Pública, ampliando o efetivo militar, com infraestrutura de tecnologia e comunicação, viaturas em condições de uso e política de valorização do servidor conforme PPA 2016-2019;</p> <p>Meta 5.2. Garantir efetivo militar com infraestrutura necessária para operação de segurança pública nas comunidades rurais dos 10 (dez) municípios.</p>
<p>Estratégia 6. Implantar sistema hidroviário, portos e atracadouros, para Sento Sé, Remanso, Pilão Arcado, Sobradinho, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Canudos;</p>	<p>Meta 6.1. Viabilizar o sistema hidroviário implantado com 08 portos e atracadouros para Sento Sé, Remanso, Pilão Arcado, Sobradinho, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Canudos.</p>
<p>Estratégia 7. Ampliar o sistema de abastecimento de água e saneamento básico, atendendo distritos, povoados e comunidades dispersas e isoladas, como consta na lei federal 11445/07</p>	<p>Meta 7.1. Reduzir em 100% o percentual de esgotos jogados a céu aberto no Rio São Francisco;</p> <p>Meta 7.2. Elaborar 10(dez) planos municipais de saneamento em todo território,</p> <p>Meta 7.3. Implantar 10 (dez) planos de municipais de saneamento implantados, com 0% de esgotos despejados nos rios, nos próximos 4 anos.</p> <p>Meta 7.4. Universalizar os serviços de saneamento básico nos 10 (dez) municípios do Território, garantindo que não sejam mas despejados esgotos nos riachos e no Rio São Francisco.</p> <p>Meta 7.5. Apoiar com assessoria técnica os 10 (dez) municípios a elaborarem seus planos municipais de saneamento básico, incluindo o saneamento rural;</p> <p>Meta 7.6. Construir sistema de tratamento de esgoto em todos os municípios do território, evitando o despejo dos resíduos nos rios;</p>
<p>Estratégia 8. Implementar instrumentos para a gestão de recursos hídricos, no âmbito do TSSF</p>	<p>Meta 8.1. Financiar e apoiar a execução de programas e projetos de revitalização das bacias hidrográficas estaduais no território;</p>
<p>Estratégia 9. Construir infraestrutura para o desenvolvimento rural no TSSF</p>	<p>Meta 9.1. Garantir a recuperação e manutenção das vias de acesso às comunidades rurais,</p>

	facilitando o escoamento da produção, em todo o TSSF;
<p>Objetivo C. Garantir uma política de educação referenciada na grande diversidade de ambientes físicos e sociais que constitui o universo rural e urbano do Semiárido brasileiro, atendendo os diferentes sujeitos a quem o processo educativo se destina, garantindo a democratização da cultura, o enraizamento dos sujeitos na realidade a que se compõe.</p>	
Estratégia 1. Fortalecimento da política de educação	<p>Meta 1. Disponibilizar recursos para transporte escolar dos alunos da rede estadual;</p> <p>Meta 2. Disponibilizar transporte escolar municipal para os alunos de famílias agrícolas;</p>
Estratégia 2. Melhorar a infraestrutura das escolas;	<p>Metas 2.1. Implantar, no âmbito dos estabelecimentos escolares: 400 (quatrocentos) laboratórios de informática, 500 (quinhentos) laboratórios de ciências, 500 (quinhentos) quadras de esportes, 500 (quinhentos) salas para leituras, 500 (quinhentos) salas para diretorias, 500 (quinhentos) salas para professores e 500 (quinhentos) salas para atendimento;</p> <p>Meta 2.2. Instalar, no âmbito dos estabelecimentos escolares: 500 (quinhentos) aparelhos de DVD, 500 (quinhentos) impressoras, 500 (quinhentos) parabólicas, 500 (quinhentas) copiadoras, 500 (quinhentos) aparelhos de televisão, 500 (quinhentos) computadores;</p> <p>Meta 2.3. Instalar: 500 (quinhentas) redes de internet banda larga e 500 (quinhentas) redes de internet;</p> <p>Meta 2.4. Adaptar 600 (seiscentas) escolas com dependências e sanitários acessíveis às pessoas com deficiência;</p> <p>Meta 2.5. Implantar 10 (dez) núcleos de diversidade nas secretarias de educação</p>
Estratégia 3. Formação continuada como ferramenta de fortalecimento e valorização da educação	<p>Meta 3.1. Formação continuada de agentes educacionais em áreas de planejamento de políticas, gestão participativa e administração financeira e monitoramento nos 10 (dez) municípios do TSSF;</p> <p>Meta 3.2. Realizar formação continuada de educadores/as do campo na perspectiva da ECSA nos 10 (dez) municípios do TSSF;</p> <p>Meta 3.3. Garantir a formação continuada de educadores a partir da proposta de educação contextualizada nos 10 (dez) municípios do TSSF;</p>
Estratégia 4. Qualificação de programas de alfabetização de jovens e adultos existentes	Meta 4.1. Garantir o acesso de 100% de professores alfabetizadores a programa de

para que atendam melhor às necessidades das mulheres e jovens do território (meio urbano e rural), considerando a diversidade no currículo, bem como oferta de cursos de alfabetização de jovens e adultos para povos e comunidades tradicionais que contemplem na concepção pedagógica as suas especificidades culturais;	<p>formação adequados.</p> <p>Meta 4.2. Melhorar as condições salariais (ver dados para quantificar) e de trabalho dos profissionais (como quantificar condições de trabalho) que atuam nos programas de alfabetização nos 10 (dez) municípios do TSSF).</p> <p>Meta 4.3. Qualificar os professores dentro de uma perspectiva pedagógica coerente com as demandas das comunidades tradicionais, no âmbito do TSSF;</p>
Estratégia 5. Qualificação da oferta do ensino básico no meio rural no TSSF;	<p>Meta 5.1. Melhorar as condições salariais e de trabalho dos profissionais da educação nos 10 (dez) municípios do TSSF;</p> <p>Meta 5.2. Ofertar 10 (dez) programas de qualificação e formação continuada para os professores, no âmbito do TSSF;</p>
Estratégia 6. Ampliação e distribuição das oportunidades de formação (graduação e pós-graduação) nos diversos municípios do território;	Meta 6.1. Revitalizar e dinamizar os 02 (dois) pólos da UAB existentes, visando a oferta de novos cursos presenciais e a distância, ampliando a oferta para contemplar a demandas dos diversos sujeitos da sociedade.
Estratégia 7. Incentivo ao capital humano e sociedade da informação	<p>Meta 7.1. Realizar concurso para coordenadores pedagógicos, servidores das áreas administrativas e de apoio e bibliotecários, nos 10 (dez) municípios do TSSF;</p> <p>Meta 7.2. Criar editais estaduais para construção de bibliotecas nos 10 (dez) municípios do Território do Sertão do São Francisco;</p>
Estratégia 8. Incentivar a educação contextualizada aplicando metodologias para sua implementação no TSSF	<p>Meta 8.1. Organizar os currículos de forma contextualizada e elaborar projetos pedagógicos nas Escolas do Semiárido nos 10 (dez) municípios do TSSF;</p> <p>Meta 8.2. Incentivo à Leitura Contextualizada nos 10 (dez) municípios do TSSF;</p> <p>Meta 8.3. Produção, sistematização e disseminação de material didático contextualizado nos 10 (dez) municípios do TSSF;</p>
Estratégia 9. Formação para o trabalho;	Meta 9.1. Implantar e apoiar escolas técnicas voltadas para a vocação socioeconômica e ambiental nos 10 (dez) municípios que compõem o TSSF;
Estratégia 10. Fortalecimento da RESAB e do FEEC no TSSF;	<p>Meta 10.1. Ampliar ou criar vagas nos cursos de medicina nas 02 (duas) universidades públicas neste TSSF;</p> <p>Meta 10.2. Garantir o acesso de 100% de professores alfabetizadores aos programas de formação adequados, no âmbito das 2 (duas)</p>

	<p>universidades públicas do TSSF;</p> <p>Meta 10.3. Melhorar as condições salariais e de trabalho dos profissionais que atuam nos programas de alfabetização nos 10 (dez) municípios que compõem o TSSF.</p>
Estratégia 11. Ampliar e distribuir melhor as oportunidades de formação (graduação pós-graduação) nos diversos municípios do território;	<p>Meta 11.1. Revitalizar e dinamizar os 02 (dois) polos da UAB existentes, visando a oferta de novos cursos presenciais e a distância;</p> <p>Meta 11.2. Criação do curso de engenharia de pesca na Universidade Estadual do Território.</p>
Estratégia 12. Apoiar institucionalmente as iniciativas dedicadas à preservação e revitalização do patrimônio cultural (material e imaterial);	Meta 12.1. Elaborar o guia cultural do Território Sertão do São Francisco, com o mapeamento das manifestações e patrimônios culturais dos municípios.
<p>Objetivo D – Promover o etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da qualificação das políticas e serviços públicos.</p>	
Estratégia 1. Acesso ao ensino médio, técnico, superior nas comunidades de acordo com a realidade local (políticas de permanência – transporte, alimentação, bolsas de estudo, material);	Meta 1.1. Articular incentivos à expansão do programa PROJOVEM Trilha. (Serviço de convivência e fortalecimento do vínculo;
Estratégia 2. Ampliar a política de financiamento de jovens artistas;	<p>Meta 2.1. Promover ações de fomento à cultura com estruturação dos espaços físicos, artesanato, culinária, teatro, música nas comunidades rurais (Conf. Juventude Livre) em todo o território;</p> <p>Meta 2.2. Fomentar a desburocratização do processo de financiamento para jovens artistas das comunidades rurais provenientes dos 10 (dez) municípios.</p>
Estratégia 3. Ofertar cursos de alfabetização de jovens e adultos para povos e comunidades tradicionais que contemplem na concepção pedagógica as suas especificidades culturais;	Meta 3.1. Articular a qualificação dos programas de alfabetização de jovens e adultos existentes para que atendam melhor às necessidades das mulheres e jovens do território (meio urbano e rural), considerando a diversidade no currículo;
Estratégia 4. Efetivação das Políticas de Saúde da Mulher no Território como: Pré-Natal. Planejamento Familiar, Prevenção ao câncer de Colo do útero e Câncer Mama, ISTs-AIDS;	<p>Meta 4.1. Articular o atendimento de Pré-Natal e Planejamento Familiar a 100% das mulheres grávidas no Território;</p> <p>Meta 4.2. Articular a garantia de acesso aos exames de prevenção do câncer de Colo do útero e o Câncer Mama a 100% das Mulheres do Território, considerando a orientação da Política de Saúde da Mulher;</p> <p>Meta 4.3. Articular a garantia do acesso à Política de Prevenção, tratamento e assistência no que se refere às ISTs/AIDS, para 100% das Mulheres do Território.</p>

<p>Estratégia 5. Garantir o acesso a Política de Saúde da Mulher;</p>	<p>Meta 5.1. Otimizar a difusão de informações e acesso aos direitos adquiridos pelas Mulheres sobre o aborto, nos 10(dez) municípios que compõem o TSSF;</p> <p>Meta 5.2. Articular a realização de campanhas informativas a respeito das legislações que garantem o aborto em casos específicos em todos os municípios do TSSF;</p> <p>Meta 5.3. Propor a realização de X formação com profissionais de saúde valorizando a política de Humanização do Parto, no âmbito territorial</p> <p>Meta 5.4. Articular a difusão de informações acerca do direito ao Parto Humanizado em todo o TSSF.</p> <p>Meta 5.5. Apoiar a realização de 10 (dez) Campanhas de enfrentamento a Violência Obstétrica em Hospitais da Rede pública, em parceria com as 2 (duas) Universidades públicas do Território.</p>
<p>Estratégia 6. Garantir o acesso a política de abrigamento para mulheres vítimas de violência em situação de risco de vida</p>	<p>Meta 6.1. Articular atendimento a 100% das mulheres em situação de risco de vida;</p> <p>Meta 6.2 Apoiar a Implantação de 1 (uma) Casa Abrigo a nível territorial financiada pelo governo do Estado em parceria com as prefeituras do território.</p>

Fonte: Construção do CODETER, 2017.

CAPÍTULO 3: GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PTDSS

Com a redemocratização do Brasil no final da década de 80, o estado e as instituições públicas iniciaram um processo de amadurecimento crescente e aprendizado político e social – regime republicano e período de vigência democrática, o que acabou refletindo significativamente no caráter, agora mais democrático e participativo, e alinhado com as demandas sociais.

Em 2003, com a introdução do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, promovida pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, o Brasil cria os Territórios da Cidadania com o objetivo dinamizar a economia e promover um planejamento do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.

Dando continuidade à política territorial planejada a nível federal, iniciou em 2004 na Bahia um processo de mobilização, articulação e fortalecimento dos atores sociais e instituições públicas estaduais, que culminou em 2007 no reconhecimento por parte do estado da “legitimidade da divisão territorial que foi conformada e adotou os territórios de identidade como unidades de planejamento das políticas públicas” como também “estabeleceu que os territórios de identidade é a regionalização oficial do governo e a sua unidade de planejamento.” (BAHIA, 2014).

A criação da Lei Estadual 13.214/14 que dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da política de Desenvolvimento Territorial, que institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial – CEDETER e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – CODETER's, foi um avanço institucional onde estabelece novas bases para o planejamento e execução de políticas públicas, pois fortalece a inclusão e a participação social. A política territorial estabelece os seguintes princípios: dignidade humana, desenvolvimento sustentável, solidariedade, justiça social e ambiental, função socioambiental da propriedade, participação social e cooperação.

3.1. O processo de gestão da política pública

Uma política pública, em qualquer que seja a área (saúde, educação, moradia emprego e renda, etc) não surge espontaneamente, tampouco ela é feita por vontade individual ou um desejo de um agente público ou de um representante político eleito. Toda política pública é criada com o objetivo de resolver, solucionar algum *problema ou demanda da sociedade*.

No Brasil elas são efetuadas enquanto programas e ações governamentais para atender direitos sociais. Nesse sentido, é importante destacar que todos os programas sociais criados pelos governos são um instrumento para orientar suas ações na tentativa de solucionar os problemas identificados. Após a identificação de um problema ou demanda social existe um ciclo básico de formulação da política pública que inicia com: planejar, executar, monitorar, avaliar e revisar. É esse ciclo que orienta e organiza a ação estatal.

As políticas públicas podem receber inúmeras conceituações e por isso tentar defini-las seria muito complexo. Mais vale aqui o entendimento que políticas públicas “traduzem a ideia de valor, de alocação de recursos ou benefícios, distribuição de bens e serviços públicos para localidade, indivíduos ou grupos, como também regulam a relação entre pessoas e entre estas e as instituições, públicas e privadas” (QUEIROZ, 2016, p.12).

O modelo de gestão implementado requer uma capacidade de “diálogo multi-institucional e social para garantir a qualidade nos resultados das políticas públicas”. Por isso a necessidade do aperfeiçoamento da gestão pública perpassa pela necessidade de corresponsabilidade entre o estado e a sociedade e a transparência e o controle social pressupõem haver uma ampla participação, inclusive nos processos de controle social.

Tal modelo de gestão precisa ser capaz de operacionalizar 3 (três) elementos fundamentais:

- a participação social – garantindo a participação da sociedade civil no processo de planejamento e gestão das políticas públicas;

- as multissetorialidades e transversalidades dos compromissos dos programas – por meio do diálogo multi-institucional e social;
- a integração das políticas públicas territorializadas – possibilitando a sua efetivação no espaço municipal potencializando os recursos e resultados esperados pactuados com a sociedade civil.

É importante destacar que o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA são instrumentos governamentais de planejamento e são importantes, pois garantem o alinhamento programático dos planos nos distintos horizontes temporais (curto, médio e longo prazo).

O PTDSS apresenta 4 (quatro) eixos de planejamento: 1. Desenvolvimento Econômico, Ambiental e Inclusão Produtiva, 2. Estrutura Fundiária e Acesso à Terra, 3. Formação Cidadã e Organização Social e 4. Infraestrutura e Serviços Públicos, o que pavimentará o percurso institucional na promoção do Bem Estar Social e servirão de base para o planejamento estratégico do estado.

Tanto a alocação de recursos no orçamento, envolvendo todo o ciclo orçamentário, quanto a formulação de políticas públicas, são decisões políticas, que dizem respeito a cada cidadão (QUEIROZ, 2016). Por isso é necessário um acompanhamento sistemático da sociedade civil organizada dos programas implementados pelo governo do estado para os quatro anos e que consta no site da Secretaria de Planejamento – SEPLAN.

3.2. Monitoramento e avaliação dos programas e ações

Monitoramento e avaliação são processos analíticos organicamente articulados, que se complementam no tempo, com o propósito de subsidiar o gestor público de informações mais sintéticas e tempestivas sobre a operação do programa resumidas em painéis ou sistemas de indicadores de monitoramento e informações mais analíticas sobre o funcionamento desse, levantadas nas pesquisas de avaliação (JANNUZZI, 2014).

De acordo com o Ipea (1990) o monitoramento

“não é um fim em si mesmo, tampouco se confunde, apenas, com atividades de cobrança por execução física e financeira das ações do orçamento, ou com atividades de controle procedimental ou legal dessas ações, ou, ainda, com a prestação de contas ex post das realizações governamentais, mesmo que essas atividades possam derivar da função monitoramento tal como aqui desenhada.”

Esse processo de monitoramento e avaliação passa pelo olhar atento ao Plano Plurianual – PPA (que tem vigência de 4 anos, elaborado no 1º ano do mandato e com início no 2º ano) onde apresenta objetivos, metas e indicadores quantificados, pela LOA e pela LDO. O monitoramento e a avaliação do PPA têm por objetivo proporcionar maior transparência, auxiliar a tomada de decisão, aperfeiçoar a concepção e a gestão do plano e dos programas.

O monitoramento e a avaliação das ações governamentais são os pontos-chave na consolidação de uma boa gestão das políticas públicas executadas, no entanto esse sucesso está relacionado com o papel que os atores sociais vão desempenhar nos espaços de decisão. É importante destacar que o papel de acompanhamento da execução dos programas e das suas metas é de responsabilidade também dos agentes sociais, pois são os grandes interessados na boa execução das ações do governo.

O PTDSS por exemplo, é um documento riquíssimo em contribuições (de diversos segmentos sociais, da sociedade civil e do poder público) que favorecerão o desenvolvimento sustentável do território, mas se não houver o devido acompanhamento, as ações estarão sendo executadas e poderão não alcançar bons resultados.

3.3. Instrumentos e ferramentas

A política de desenvolvimento territorial tem dois focos, como aponta estudo realizado pela Fundação Perseu Abramo, um deles é orientar as ações governamentais para as especificidades existentes na Bahia e o outro, é promover um processo participativo de formulação e acompanhamento dessas ações para

ampliar a efetividade das políticas públicas. E nesse sentido, o estudo assinala alguns instrumentos importantes.

O primeiro deles é o **CODETER** que é o espaço de planejamento e de gestão de políticas públicas, cuja função é articular e fomentar programas e projetos. O colegiado é constituído por segmentos da sociedade civil e do poder público e com composição paritária. É fundamental que esse espaço funcione e contribua na construção de ações governamentais democráticas, transparentes e participativas. A Figura 02 apresenta o espaço de encontros do CODETER TSSF, entre os anos de 2015 e 2016, enquanto ferramenta de articulação de políticas públicas, programas e projetos.

Figura 02 – Reuniões do Núcleo Diretivo e Plenária do CODETER TSSF-BA em 2015 e 2016: a) Reunião do NEDET e Núcleo Diretivo do TSSF-BA, b) Reunião do Núcleo Diretivo para definição das Comissões de Avaliação de Projetos, c) Plenária do CODETER – apresentação e avaliação de projetos e programas e d) Reunião extraordinária do Núcleo Diretivo.



Fonte: Oliveira, 2017.

O **PTDSS** é “o principal instrumento e orientador das estratégias e intervenções no território. Tem como objetivo facilitar a articulação e a implementação de programas

e projetos que viabilizem o desenvolvimento territorial sustentável” (BAHIA, 2014). A continuidade da participação e construção coletiva pelo poder público e pela sociedade civil organizada é imprescindível para nortear os programas e serviços públicos.

Outro importante instrumento é o **CEDETER** que se configura como um fórum criado pelo governo do estado com o objetivo de aprimorar a gestão pública na Bahia, orientando-se por princípios democráticos e participativos. O conselho, instituído pelo decreto n.º 12.354, de 25 de agosto de 2010, surgiu a partir do modelo de governança instaurado no estado e se constitui em um fórum permanente de caráter consultivo que tem como finalidade subsidiar o planejamento e as ações do governo nos 27 territórios de identidade.

Os **consórcios públicos intermunicipais** são um “instrumento poderoso que viabiliza a melhoria da gestão pública e a racionalização do uso do dinheiro público, uma vez que a solução de problemas comuns se dá por meio de políticas e ações conjuntas” (BAHIA, 2014). A criação de consórcios públicos possibilita ainda a descentralização da prestação de serviços, maior racionalidade na elaboração e implementação das políticas públicas e promove a visão territorial do desenvolvimento.

O **Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE** é um instrumento de gestão que servirá para orientar os investimentos públicos e privados. Sua importância para a Bahia está em apontar, através de lei, áreas adequadas à implantação de arranjos socioprodutivos específicos; locais que devem ser protegidos devido a maior vulnerabilidade ambiental; e regiões que se encontram degradadas ou em estado de degradação que deverão ser objeto de ações de recuperação (BAHIA, 2014).

No site da Secretaria de Planejamento – SEPLAN, é possível encontrar no ícone: *Instrumento de Planejamento e Gestão*, um espaço relacionado à política territorial. Lá é possível encontrar a relação dos 27 territórios de identidade, as legislações, os PPA's por território, os PTDS entre outras. Ao fazer uma busca mais aprofundada no ponto do PPA POR TERRITÓRIO, é possível ter acesso aos respectivos programas, seus compromissos, o órgão executor responsável, as metas previstas no PPA – Participativo 2016 – 2019.

3.4. O papel da sociedade civil organizada

No processo de sedimentação de novas bases de uma forma de governar com proteção e promoção social, a sociedade civil cumpre papel importantíssimo no olhar sobre as dimensões que orientam a ação do estado.

A primeira corresponde a dimensão *Estratégica* do estado, visto que o estado ao planejar um programa ou ação precisa alcançar uma efetividade, ou seja, ela precisa proporcionar mudanças significativas e duradouras na qualidade de vida das pessoas. A outra é uma dimensão *Tática*, que está relacionada a eficácia dos compromissos assumidos pelos programas onde se aborda se de fato o investimento feito em determinado tempo alcançou as metas estabelecidas e os objetivos propostos. E por último é a dimensão operacional, onde precisa-se observar a eficiência como estão sendo feitos os gastos dos recursos e até onde essas iniciativas estão dando o retorno social esperado.

Assim, a sociedade civil nesse oportuno momento de aprofundamento da democracia participativa na Bahia pode ser um agente fundamental na transformação social para as inúmeras populações que historicamente estiveram margem dos processos de desenvolvimento socioeconômico.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Portaria 1411, de 03 de novembro de 2016, que define a Lista Estadual de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território estadual, nos termos do anexo, e dá outras providências.** Salvador – BA, 2016.

BAHIA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.** Juazeiro – BA, 2008. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/PTDS-Sertao-do-Sao-Francisco.pdf Acesso em: 06 dez 2017.

BAHIA. **Lei 13214 de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial- CEDETER e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – CODETERs.** Salvador – BA, 2014. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/COLEGIADOS-TERRITORIAIS-DE-DESENVOLVIMENTO-SUSTENTAVEL-CODETER/Lei-13.214-de-29-12-2014-Institui-o-CEDETER-e-CODETER.pdf> Acesso em: 06 dez 2017.

BARRETO, R. M. **BAHIA 2000-2013.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

BRASIL. **Política Nacional de Atenção Básica.** Brasília – DF, 2017. Disponível em :< <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=68&data=22/09/2017>> Acesso em 27 out. 2017.

_____. **Portaria 1459, de 24 de junho de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, a Rede Cegonha.** Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html> Acesso em 30 out 2017.

_____. **Portaria 204, de 17 de fevereiro de 2016, que define a lista nacional de doenças, agravos e eventos de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências.** Brasília – DF, 2016.

_____. **Portal Federativo.** Brasília – DF, 2017. Disponível em: < <http://www.portalfederativo.gov.br/noticias/destaques/meta-da-onu-de-reduzir-a-mortalidade-infantil-e-superada-em-niveis-nacional-e-municipais>> Acesso em 27 out. 2017.

_____. **CNES DATASUS.** Brasília – DF. Disponível em: < <http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>> Acesso em 30 out. 2017.

_____. **TABNET DATASUS.** Brasília – DF, 2017. Disponível em: < <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&id=6937>> Acesso em 27 out. 2017.

JANUZZI, P. de M.. **Avaliação de Programas Sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza.** Est. Aval. Educ., São Paulo - SP, v. 25, n. 58, p. 22-42, maio/ago. 2014

MILANI, C. R. S. **Sociologias.** Porto Alegre - RS, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 180-214.

MOTA, M. R. **Imagem da capa – Comunidade de Passagem (Pilão Arcado –BA).** Juazeiro – BA, 2018.

OLIVEIRA, J. S. **Política de Desenvolvimento Territorial: a experiência do Território do Sertão do São Francisco.** Petrolina – PE, 2017.

QUEIROZ, A. A. de. **Cartilha de Políticas Públicas.** Brasília – DF : DIAP, 2016.

RIPSA. **Mortalidade Infantil– C.1 – 2016.** Disponível em: <
<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2000/fqc01.htm/>>. Acesso em: 27 out. 2017.

VIANA, A.L.D.A. **Região e redes caminho da universalização da saúde no Brasil – Juazeiro e Petrolina.** Rio de Janeiro - RJ, 2017.

ANEXOS

TABELAS

Tabela 03 - Estimativas populacionais, segundo municípios do Território de Identidade Sertão do São Francisco, Bahia, 2011 a 2015.

UF / Território / Município	2011	2012	2013	2014	2015
Bahia	14.097.534	14.175.341	15.044.137	15.126.371	15.203.934
Sertão do São Francisco	494.431	497.974	501.397	533.527	537.115
Campo Alegre de Lourdes	28.090	28.124	28.156	29.812	29.877
Canudos	15.732	15.839	15.941	16.956	17.070
Casa Nova	64.940	65.647	66.331	70.796	71.504
Curaçá	32.168	32.403	32.631	34.725	34.974
Juazeiro	197.965	199.761	201.499	214.748	216.588
Pilão Arcado	32.860	33.021	33.176	35.237	35.255
Remanso	38.957	39.165	39.365	41.824	42.056
Sento Sé	37.425	37.806	38.174	40.720	41.102
Sobradinho	22.000	22.056	22.109	23.435	23.511
Uauá	24.294	24.152	24.015	25.274	25.178

Fonte: DATASUS, 2016.

Tabela 04: Distribuição de equipamentos e serviços de saúde na microrregião de Juazeiro – BA, segundo tipo de gestão, em 2017.

Município	Gestão Municipal	Gestão Estadual	Gestão Dupla
Campo Alegre de Lourdes	USF SMS SAMU Academia da Saúde	Hospital Municipal de Campo Alegre de Lourdes CAPS	Posto de Saúde
Canudos	VISA USF SMS SAMU Academia da Saúde	CAPS	Hospital Municipal Genario Rabelo de Alcantara Centro de saúde
Casa Nova	USF NASF Academia da Saúde SMS SAMU Posto de Saúde Farmácia Básica Central Unidade Móvel de Odontologia	CAPS	Hospital Municipal de Casa Nova Centro de Saúde
Curaçá	USF UBS SAMU Central de Regulação Posto de Saúde Indígena – ATIKUM Posto de Saúde SMS	CAPS	Hospital Municipal Dr Jaime Coelho Centro de Saúde
Juazeiro	USF CAPS II CAPS I Centro regional de prevenção, reabilitação	Hospital Regional de Juazeiro Núcleo Regional de Saúde	x

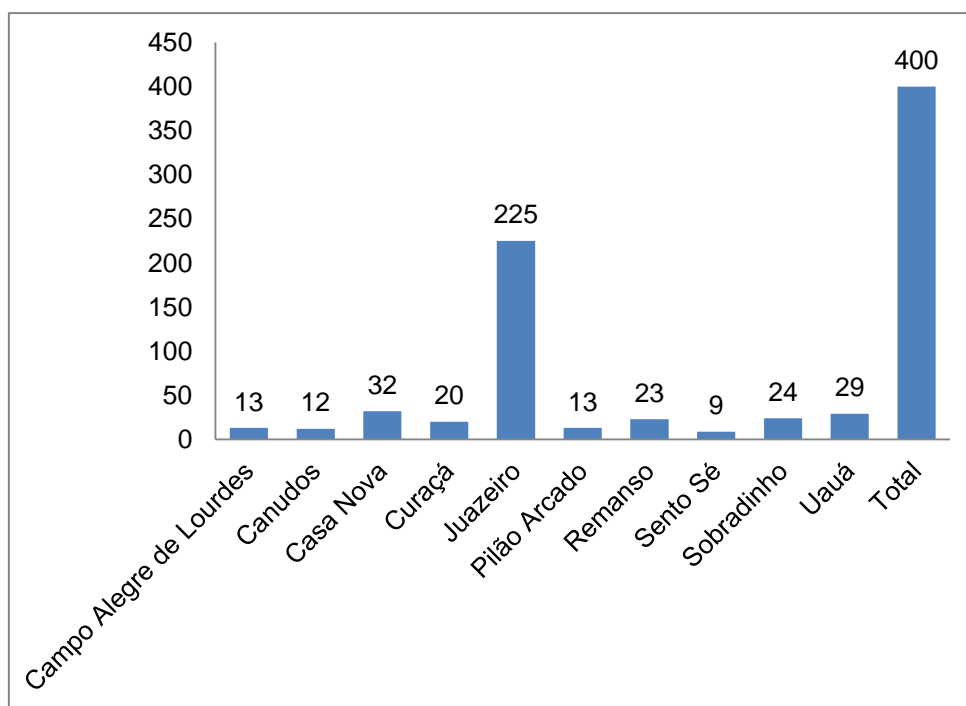
	e inclusão social CEO Hospital da Criança LACEN Policlínica SAMU – Central de Regulação SAMU – USB , USA e motolancia TFD CEREST CIDHA PACS Polo base DSEI UPA Hospital Materno infantil de Juazeiro		
Pilão Arcado	USF SAMU Posto de Saúde Central de Regulação Academia da Saúde	x	Hospital municipal Luis Eduardo Magalhães Centro de Saúde Laboratório municipal SMS
Remanso	USF Unidade odontológica móvel Academia da Saúde SAMU SMS Unidade móvel terrestre Unidade de fisioterapia Posto de Saúde	CTA SAE CEO CAPS	UBS
Sento Sé	USF UBS SMS SAMU	x	Hospital maternidade Dr Heitor Sento Sé

	CAPS		
Sobradinho	USF Farmácia Básica VISA SMS SAMU Posto de Saúde Indígena - TRUKÁ	CAPS	Hospital municipal de Sobradinho
Uauá	USF Centro Holístico Posto de saúde NASF SMS Unidade móvel de saúde SAMU	CAPS	Hospital Municipal Dr Jair Braga UBS

FONTE: CNES DATASUS, 2017.

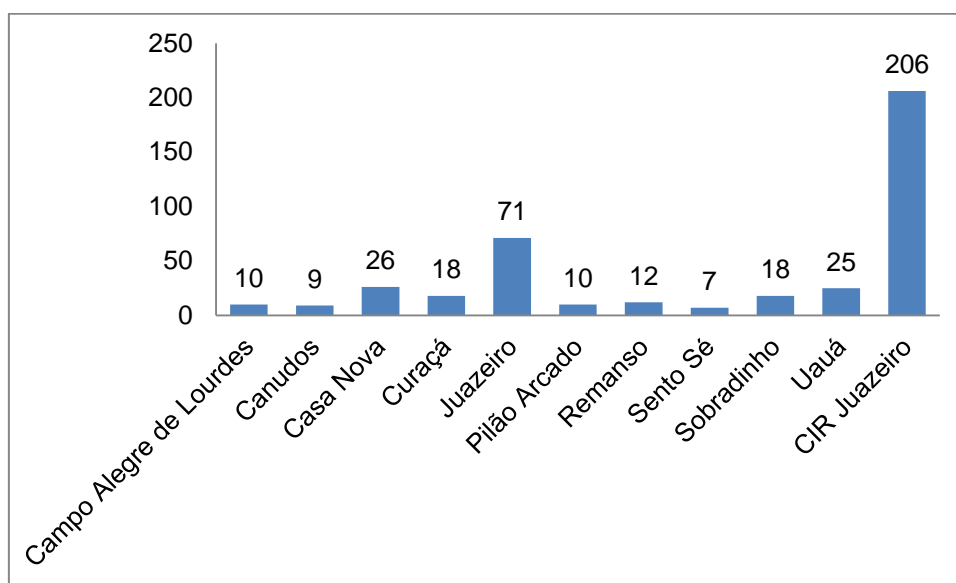
GRÁFICOS

Gráfico 09 – Estabelecimentos de saúde por município segundo o CNES, na microrregião de Juazeiro - BA, em 2017.



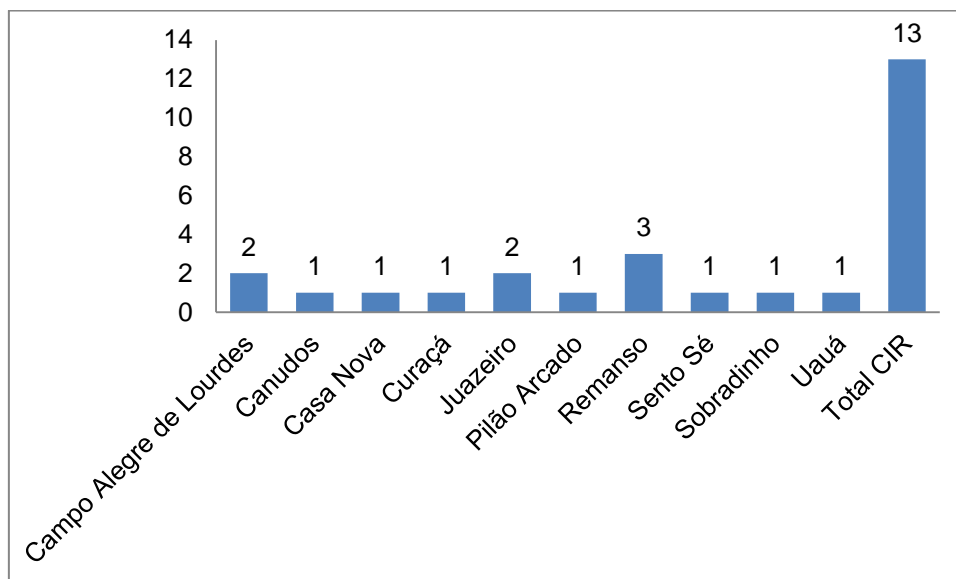
Fonte: TABNET DATASUS, 2017

Gráfico 10: Atenção Básica por Município, na microrregião de Juazeiro - BA, 2017.



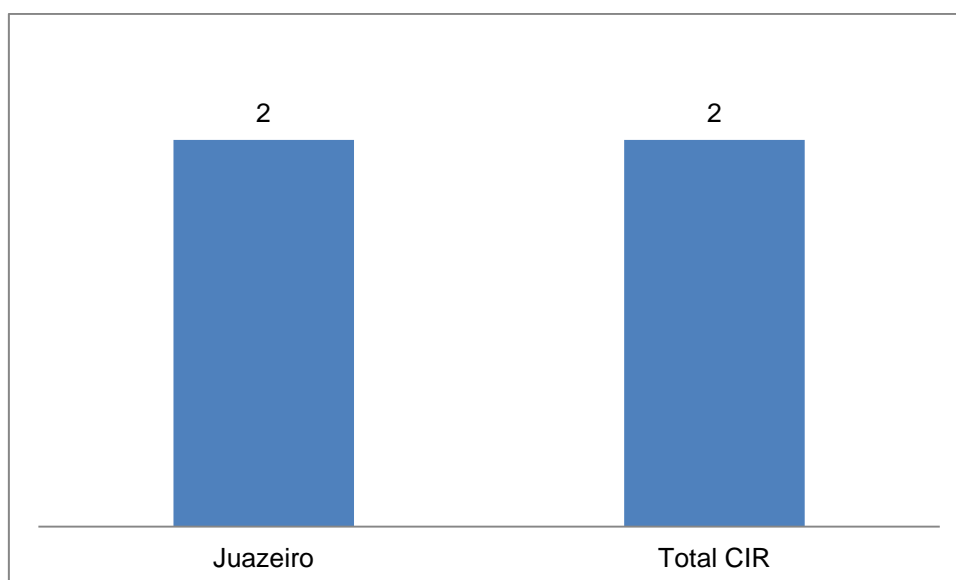
Fonte: TABNET DATASUS, 2017.

Gráfico 11: Perfil hospitalar de média complexidade estadual, microrregião de Juazeiro - BA, 2017.



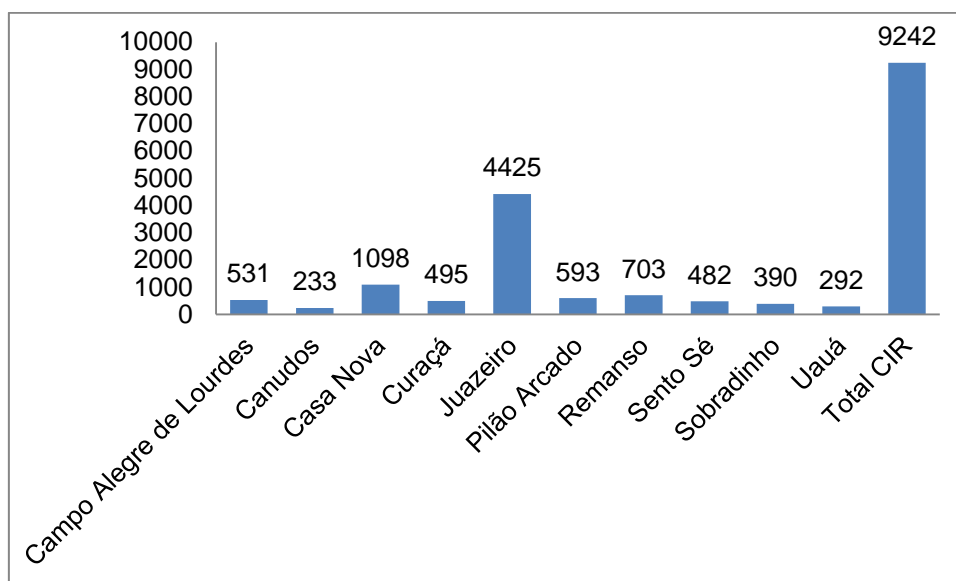
Fonte: TABNET DATASUS, 2017.

Gráfico 12: Perfil hospitalar de alta complexidade na microrregião de Juazeiro - BA, 2017.



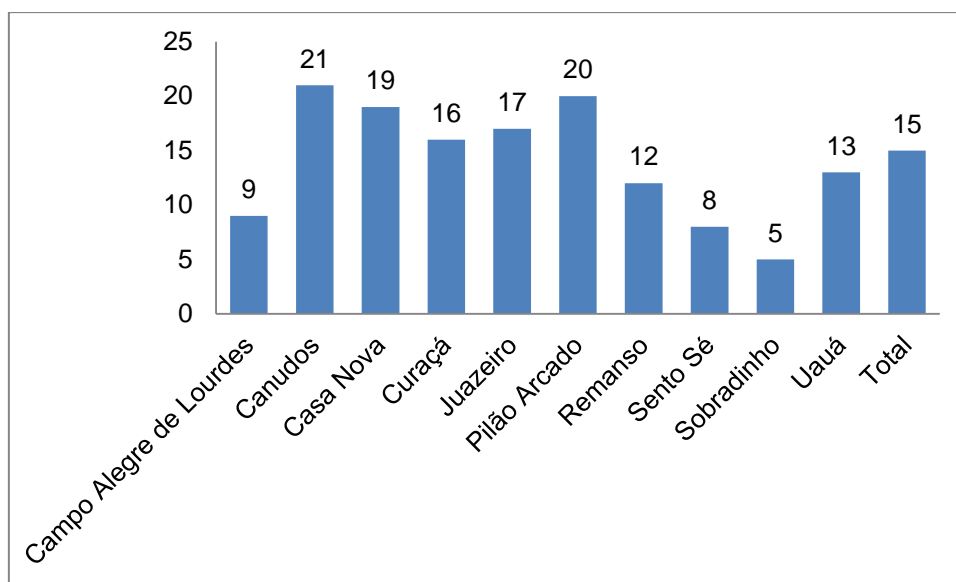
Fonte: TABNET DATASUS, 2017.

Gráfico 13: Número absoluto de nascidos vivos na microrregião de Juazeiro - BA, 2015.



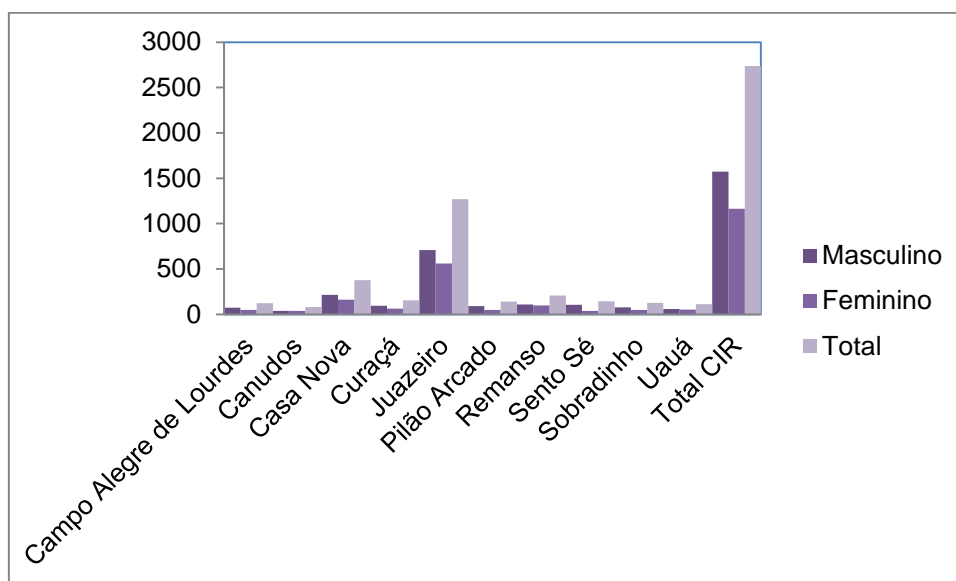
Fonte: TABNET DATASUS, 2017.

Gráfico 14: Mortalidade Infantil na microrregião de Juazeiro - BA, 2015.



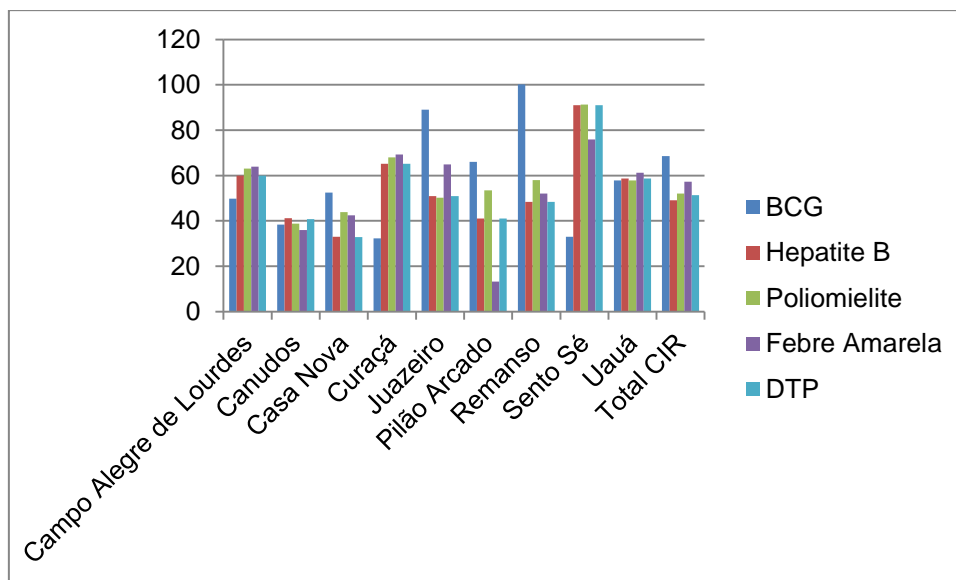
Fonte: TABNET DATASUS, 2017.

Gráfico 15: Mortalidade geral por sexo na microrregião de Juazeiro - BA, 2015.



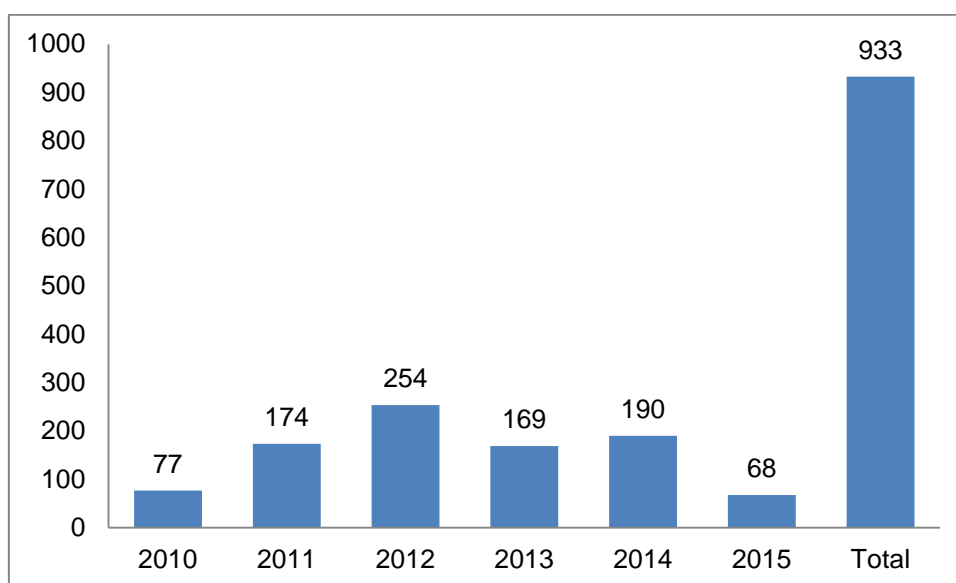
Fonte: TABNET DATASUS, 2017.

Gráfico 16: Cobertura vacinal de imunobiológicos por município, microrregião de Juazeiro - BA, 2017.



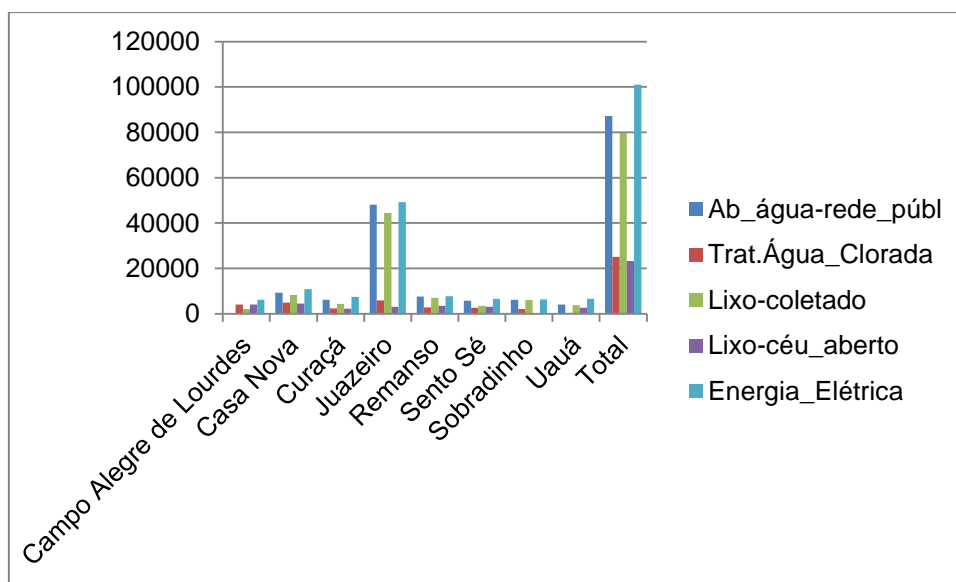
Fonte: TABNET DATASUS, 2017.

Gráfico 17: Notificações de intoxicação exógena na Região de Juazeiro, de 2010 a 2015.



Fonte: TABNET DATASUS, 2017.

Gráfico 18: Situação de saneamento por município da microrregião de Juazeiro - BA, 2015.



Fonte: TABNET DATASUS, 2017.